

O CAIPIRA E O CIVISMO: UM ESTUDO SOBRE AS OBRAS DE CORNÉLIO PIRES

Valter Eugênio Gonçalves De Oliveira

Rosana Maria Pires B. Schwartz

RESUMO Essa monografia analisa o discurso político de Cornélio Pires em suas obras literárias. O objetivo geral foi compreender os esquemas e signos manifestados pelo autor em sua percepção e reconhecimento do caipira como tipo genuinamente nacional. Sua proposta é integrá-lo ao Brasil moderno por meio do trabalho e do ensino, atribuindo-lhe importante utilidade cívica à pátria. Como sujeito histórico, sua proposta atende demandas de um cenário de mudanças sociais, marcado pela “descoberta” do brasileiro, de modo que, seu *ethos* discursivo correlaciona-se com outras percepções literárias do período. Suas representações incentivam o potencial do tipo nacional para tornar-se empreendedor, fomentando o *self made man* à brasileira. Compreende-se, portanto, que esse é o modelo de cidadania promovido por Pires, sendo agente ativo do liberalismo progressista de sua época. Ademais, a contribuição simbólica de Cornélio está imersa num contexto histórico de contradições, marcado por avanços e resistências estruturais, de modo que, sua proposta no Brasil de hoje concretizou-se parcialmente, tendo o caipira sido inserido na modernidade, porém numa condição de subcidadania, constituindo-se no proletariado urbano.

Palavras-chave: Cultura caipira; Cornélio Pires; Cidadania.

RESUMEN Esta monografía analiza el discurso político de Cornelio Pires en sus obras literarias. El objetivo general fue comprender los esquemas y signos manifestados por el autor en su percepción y reconocimiento del caipira como un tipo genuinamente nacional. Su propuesta es integrarlo al Brasil moderno a través del trabajo y la educación, dándole una importante utilidad cívica a la patria. Como sujeto histórico, su propuesta responde a las exigencias de un escenario de cambio social, marcado por el “descubrimiento” del brasileño, por lo que su *ethos* discursivo se correlaciona con otras percepciones literarias de la época. Sus representaciones fomentan el potencial del tipo nacional para convertirse en emprendedor, fomentando el *self made man* brasileño. Se entiende, por tanto, que este es el modelo de ciudadanía que impulsa Pires, siendo un agente activo del liberalismo progresista de su época. Además, el aporte simbólico de Cornelio se encuentra inmerso en un contexto histórico de contradicciones, marcado por avances y resistencias estructurales, por lo que su propuesta en el Brasil de hoy se materializó parcialmente, con lo caipira insertado en la modernidad, pero en condición de subciudadanía, constituyendo el proletariado urbano.

Palabras clave: Cultura caipira; Cornélio Pires; Ciudadania.



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender o discurso político intrínseco nas obras literárias de Cornélio Pires, verificando as correspondências entre seu identitarismo cívico e seus esquemas de tipificação e reconhecimento do caipira. O foco é analisar como o autor constrói a imagem do caipira representando-o como o tipo genuinamente nacional, e em sua proposta de integrá-lo à modernidade. Para tanto, haverá uma contextualização do período tratado, a República Velha, elencando alguns intelectuais que contribuíram com o debate sobre a formação nacional e do brasileiro.

Precisamente, essa temática engloba discussão mais ampla sobre a trajetória da concepção de cidadania no país, que será guiada através de tópicos encontrados na própria construção discursiva de Cornélio, mediante associações e comparações com outras percepções literárias, e posteriormente, estabelecendo diálogo com algumas abordagens sociológicas. A ideia é compreender se o caipira resistiu à modernidade nos ditames postulados por Pires.

O assunto é pertinente à medida que o caipira é tomado num sentido mais amplo como representante da população rural do início do século XX no Brasil. Congênere do termo francês *balourd*, caipira veio a ser empregado jocosamente para referir-se ao homem dos interiores e sertões, representado no imaginário urbano, pela opinião pública, como rude, analfabeto e indolente. O termo caipira, portanto, cristalizou-se, ao longo de nossa história, como um traço de marginalidade em relação ao progresso:

O Caipira é relativo.

O Caipira do matto é Caipira para nós outros das cidades; mas nós também o somos em relação aos Cariocas, bem como estes são Caipiras em relação aos apurados Parisienses (IMPRESA YTUANA, 1876, pág. 03)

Com a abolição da escravidão em 1888 o Brasil iniciou de vez sua “marcha ao progresso”, mas para tal precisaria antes cumprir demandas modernizantes para legitimar-se como um Estado nacional. Esse momento é marcado pelas necessidades de fomentar um mercado de trabalho livre e assalariado, pela laicização da esfera pública e pela formação de uma identidade nacional. Neste último ponto, foi imprescindível “descobrir” o brasileiro,



processo que para muitos veio evidenciar a incompatibilidade das classes rurais com o progresso.

Caipira, matuto, tabaréu, sertanejo, capixaba, todas expressões utilizadas para referir-se ao cinturão de populações pobres do espaço rural, em suas variações regionais.

Difamadas como símbolo do “atraso” e estigmatizadas como “raça inferior”, não foram poucas as propostas para substituí-las pela imigração europeia, a fim de melhorar a “raça nacional”. Porém, Cornélio Pires surge então para resgatar o caipira da difamação, promovendo-o como o tipo nacional por excelência. Sua carreira foi toda voltada no intento de endossar e divulgar as boas qualidades do brasileiro e de seu potencial para notabilizar-se na modernidade.

Logo, o capítulo *Formação Patrimonialista e a Construção Nacional*, perfaz, brevemente, a trajetória histórica da formação brasileira, demonstrando como suas estruturas assentaram-se em modelos excludentes, para, posteriormente, dar enfoque nos debates que se seguiram após a Lei Áurea, sobre a importância de representatividade política da população, nas demandas de cidadania e construção de um Estado moderno.

O capítulo *Perspectivas Intuitivas: A Angústia Progressista e a Marginalidade Brasileira*, cuida de identificar o cenário intelectual de “descoberta” do tipo nacional, abordando a percepção de três grandes literatos: Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Monteiro Lobato. Este capítulo estabelece uma ponte entre as demandas de cidadania discutidas no capítulo anterior e a problematização sobre a população, acerca da pergunta: Quem é o Brasileiro?

No último capítulo, *Cornélio Pires e a Integração do Tipo Nacional*, por sua vez, serão apresentadas as respostas que o autor tietense formula para essas questões do início do século XX. O enfoque será em suas representações literárias do caipira, perscrutando seu reconhecimento do tipo nacional e as propostas políticas subentendidas em sua construção discursiva. O objetivo é sintetizar o *habitus* de Pires na idealização de uma identidade cívica e liberal-progressista para o brasileiro. No final, ocorrerá a correlação das propostas de Pires com as abordagens de Antonio Candido e Maria Sylvia de Carvalho Franco, para fomentar a discussão sobre as permanências e rupturas de seu discurso na integração das classes rurais no Brasil de hoje.



2 FORMAÇÃO PATRIMONIALISTA E A CONSTRUÇÃO NACIONAL

2.1 INTRODUÇÃO

O dicionário define a palavra cidadania como “condição de quem possui direitos civis, políticos e sociais, que garante a participação na vida política”(Dício, 2021), enquanto que civismo é a “[...]dedicação, fidelidade ou admiração à pátria; patriotismo”. Por sua vez, civilidade, tendo o mesmo radical, expressa uma concepção diferente: o uso “[...]das boas maneiras em sociedade; cortesia, urbanidade, polidez.” (*Ibid*)

À parte de seus diferentes significados, essas três concepções foram fundamentais na construção daquilo que entendemos por Brasil Moderno. Contudo, assumiram quase sempre a posição de forasteiras, estranhas às nossas estruturas patrimonialistas. Quando à muito custo assimiladas, o resultado foi a institucionalização de um código moral de conduta instável, desprovido de autonomia, recheado de contradições, dependente sempre da legitimação estrangeira.

Neste capítulo, veremos brevemente os aspectos históricos da formação desse Brasil de contradições, sintetizando problemáticas, discussões e debates que nortearam a assimilação dos princípios de cidadania, do patriotismo nacionalista e da civilidade moderna na construção nacional da *Belle Époque* brasileira. Será evidenciado, sobretudo, como esse processo foi marcado por resistências e concessões nas esferas de poder.

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

O Brasil em sua formação social teve início como possessão colonial no séc. XVI, período de intensificação das estruturas mercantilistas. O Império Português apropria-se de faixa considerável do “novo” continente americano, articulando um modelo colonial de exploração da terra para a produção agrícola e sua revenda no mercado europeu. Com isso, a estrutura econômica da colônia assume o caráter de empresa-feitoria centrada na agroexportação mercantilista.



O pacto colonial é efetivado mediante a relação Metr pole-Col nia, conformando um vínculo de monopólio e submissão, respectivamente. As estruturas sociais ficam circunscritas ao sistema de *plantation*, paramentado pelo latifúndio, o uso da mão de obra escrava e o monopólio comercial lusitano. Sendo que, as institui es da Col nia submetem-se aos interesses fundiários dos donatários portugueses, em aliança com a Metr pole. Esse modelo restringe o Brasil, num primeiro momento,   uma posi o periférica no comércio atl ntico, figurando como economia complementar.

Nesta conjuntura, a lógica de domina o colonial segue fundamentada na premência dos interesses fundiários e da burguesia mercantil metropolitana, escorados na edifica o de um *establishment* de favorecimento ao modelo exportador-escravista. O controle desse esquema ocorre através da centraliza o política realizada pela Coroa lusitana. Wolkmer, inclusive, analisa a sujei o dessa administra o colonial às estruturas patrimonialistas, evidenciando como suas disposi es institucionais tornaram-se alheias a popula o:

Já no que se refere   estrutura política, registra-se a consolida o de uma instância de poder que, além de incorporar o aparato burocrático e profissional da administra o lusitana, surgiu sem identidade nacional, completamente desvinculada dos objetivos de sua popula o de origem e da sociedade como um todo. Alheia   manifesta o e   vontade da popula o, a Metr pole instaurou extensões de seu poder real na Col nia, implantando um espaço institucional que evoluiu para a montagem de uma burocracia patrimonial legitimada pelos donatários, senhores de escravos e proprietários de terras"(2002, pág.39-40).

Nesse sistema mercantil, o laço entre o poder real e as elites agrárias estabeleceu um modelo de Estado débil e servilista, engajado na defesa dos proprietários de terras e das rela es comerciais, tendo continuidade mesmo após a Independência colonial (*Ibid*, pág.40). Desenvolvida pela burocracia lusitana, conservando particularismos medievais, essa organiza o patrimonialista beneficiou o mercantilismo agroexportador, sedimentando as rela es de poder no Brasil, baseadas numa lógica excludente.

  dessas consta es que se pode auferir a confluência paradoxal, de um lado, da herança colonial burocrática e patrimonialista; de outro, de uma estrutura sócio-econômica que serviu e sempre foi utilizada, não em fun o de toda a sociedade ou da maioria de sua popula o, mas no interesse exclusivo dos "donos do poder"(Ibid, pág.41).

Com a vinda da família real em 1808, fugindo das tropas napoleônicas em Portugal, ocorre a abertura dos portos, interrompendo o pacto colonial exclusivista, o que confere maior



liberdade comercial ao Brasil, promovido à categoria de reino após 1815. A abertura dos portos, simbolicamente, marca também um intercâmbio crescente entre a cultura liberal europeia e a sociedade brasileira, principalmente em virtude da influência do cosmopolitismo da corte lusitana, instalada no Rio de Janeiro.

A influência do liberalismo modernizante cresce em evidência após a independência política em 1822, momento de consolidação do “liberalismo à brasileira”. Os assomos modernizantes desse período são superficiais, servem exclusivamente para concretizar o desvencilhamento do domínio direto do Império Português, em franca decadência. A classe patronal legitima a edificação de um Estado constitucional, contudo, evitando maiores reformas ao preservar as relações fundiárias particularistas e seus interesses no comércio internacional. Assim, as concessões ao liberalismo são meramente retóricas, conservando as predisposições agroexportadoras e escravistas, protegidas por um novo aparato monárquico parlamentarista.

Nesses termos, Bosi evidencia os pontos de confluência e divergência entre o liberalismo europeu e o brasileiro em suas dimensões econômica e política. Há a adoção de duas demandas correspondentes entre as propostas, que é a adoção ao livre-comércio internacional e o estabelecimento da representação parlamentar, formalizada pela Constituição. Porém, a representação política é assegurada para cidadão-proprietários, o que no sistema social brasileiro, conduzido pelos latifúndios, delega o poder nas mãos das classes patronais, assegurando a manutenção da mão-de-obra escrava em detrimento da assalariada, demanda essencial do modelo europeu (1995, pág.286).

O liberalismo brasileiro é erigido com o consentimento das classes dirigentes, coagido a sustentar instituições políticas sujeitas à estrutura normativa de poder patrimonialista. Os padrões liberais restringem-se às dimensões sociais que não suscitam grandes mudanças no velho esquema colonial, mascarado por uma nova roupagem modernizante. A independência política, portanto, gera um sistema social incongruente, ideologicamente em busca da “civilização”, mas sedimentado em bases retrógradas, dependente do latifúndio mercantil e da mão-de-obra escrava.

O Constitucionalismo brasileiro exprime bem esse paradoxo, evidenciando a contradição entre a instituição de direitos e garantias jurídicas impessoais e a organização de uma administração estatal patrimonialista, refém do clientelismo oligárquico. O resultado é uma formação jurídica quimérica, de base liberal-conservadora, que retém a cidadania como



um privilégio de classe e não como direito natural. Com isso, a maior parte da população fica excluída da participação política, que segue monopolizada por seletos grupos de poder. A homologação das duas primeiras constituições do país esclarece esse quadro:

As duas primeiras constituições, elaboradas no séc. XIX (a Constituição Monárquica de 1824 e a Constituição da República de 1891), foram, portanto, imbuídas profundamente pela particularidade de um individualismo liberal-conservador, expressando formas de governabilidade e de representação sem nenhum vínculo com a vontade e com a participação popular, descartando-se, assim, das regras do jogo, às massas rurais e urbanas.(WOLKMER, 2002, pág. 110)

Após a independência, a regulação patronal do poder público e a permanência do sistema comercial agroexportador são agravantes que conservam o Brasil como uma gigantesca feitoria. A Lei Áurea (1888), extinguindo o trabalho escravo, germina a esperança do fim do modelo latifundiário-patrimonialista, porém o momento de questionamentos e reformas sociais é arrefecido pela Proclamação da República (1890), ratificando o primado liberal-conservador. O governo republicano é marcado pela permanência do esquema monocultor-exportador, capitaneado pela oligarquia cafeeira. A participação política, restringida aos analfabetos, continua distante para a maior parte dos brasileiros.

Não obstante, esse período de mudanças no Brasil trouxe também a renovação dos ideais liberais difundidos pelas transformações na Europa. No último triênio do século XIX, em diversos Estados europeus ocorre a apropriação do poder político pela burguesia. Com as mudanças liberais provocadas pela Revolução Francesa (1789), a sociedade ficou dividida em classes sociais com interesses crescentemente contraditórios. Diante da persistente instabilidade social e política, provocada por esses antagonismos, o Estado conservador cede à burguesia nacional e seu novo ideário de coesão social: o nacionalismo.

O nacionalismo, à parte de suas particularidades na França, Alemanha ou Inglaterra, institucionaliza-se na segunda metade do século XIX, consolidando os novos preceitos de soberania nacional ao “conquistar” o Estado de Direito. Nos dizeres de Hannah Arendt, o Estado perde sua ordenação cívica para tornar-se a personificação da própria nação.

Em nome da vontade do povo, o Estado foi forçado a reconhecer como cidadãos somente os "nacionais", a conceder completos direitos civis e políticos somente àqueles que pertenciam à comunidade nacional por direito de origem e fato de nascimento. Isso significa que o Estado foi parcialmente transformado de instrumento da lei em instrumento da nação"(1989, pág.261).



Essa guinada nacionalista preconiza uma preocupação crescente com a representatividade política popular, uma vez que, embora em classes distintas, o povo é entendido como tendo um mesmo “espírito”. A ideia de nação torna-se o fator explicativo dessa coesão, no construto simbólico de nuanças que justificam a unidade nacional. Esta, por sua vez, converte-se no fenômeno legitimador do poder estatal, e no balizador dos direitos jurídicos. Porém, não sendo a nação um fenômeno auto-evidente, houve a necessidade de criá-la, processo que expandiu a doutrinação simbólica estatal ao cotidiano de seus cidadãos, principalmente através da instrução pública.

O Estado não só fazia a nação, mas precisava fazer a nação. Os governos, agora, iam diretamente alcançar o cidadão no território de sua vida cotidiana, por meio de agentes modestos mas onipresentes, desde carteiros e policiais até professores e, em muitos países, empregados das estradas de ferro. Poderiam requerer o compromisso pessoal ativo deles, e circunstancialmente mesmo o delas, com o Estado: de fato, o 'patriotismo' de todos"(HOBSBAWM, 1988, pág. 135).

Após essa digressão, interessa saber como a sociedade periférica brasileira digeriu essas novas demandas modernizantes, calcadas num liberalismo mais radical e no ideário de progresso nacional coletivo, o que subentende-se uma representação política maior da população entendida como “nacional”. Especialmente, num contexto de crise econômica e política preconizada pela abolição da escravidão e a consequente queda do sistema monárquico.

Nessa conjuntura, é possível destacar duas forças estruturantes: uma conservadora, propondo mudanças superficiais e programáticas sem alterações no sistema fundiário e nas relações de poder; e outra mais alinhada com o liberalismo-democrático europeu, engajada na reforma agrária e na construção de um modelo nacional para o Brasil.

2.3 MODELO MONOCULTOR VERSUS MODELO NACIONAL

O modelo parlamentar da monarquia brasileira estava, sobretudo, chancelado pelo imperador que exercia o Poder Moderador. Os espectros políticos no sistema partidário, bipolarizado entre o Partido Conservador e o Partido Liberal, constituíam uma distribuição ideológica mais complexa do que a dicotomia sugere. No que nos interessa aqui, a partir de 1870 cresce em representação uma ala mais radical do Partido Liberal, respaldada pela classe letrada das zonas urbanas. Esses radicais alinhavam-se aos princípios liberais-democráticos difundidos na Europa.



Constituindo-se no primeiro segmento político brasileiro a apresentar identidade sociológica com aqueles que portavam valores liberal-democráticos na Europa, eles buscaram reforçar o peso do eleitorado das cidades por meio da atuação doutrinária pela imprensa e da fundação de associações civis, como a Confederação Abolicionista e a Sociedade Central de Imigração (LYNCH, 2008, pág.115).

Na visão desses liberais urbanos, as mudanças sociais ocorridas na Europa encontram paralelos na realidade brasileira, em reformas pontuais fundamentais para colocar o país no caminho do progresso. Pautas como o fim da escravidão, a reforma fundiária e modificações no parlamentarismo enriqueceram o discurso dessa ala cada vez mais eloquente.

No Brasil, foi a emancipação dos escravos que passou a ser vista pela maioria dos liberais urbanos como a reforma social por excelência. Os mais exaltados dentre eles eram ainda atraídos pelo exemplo da reforma fundiária promovida por Gladstone, na Irlanda, cujos donos viviam em Londres à custa do trabalho de lavradores desprovido de qualquer proteção - situação que parecia, a esses liberais, assustadoramente semelhante à do Brasil (*Ibid*, pág.115).

O Segundo Reinado, enfraquecido pelas crises econômica e política, flexibilizou-se frente às reivindicações modernizantes do Partido Liberal, outrora oposição, através da reforma eleitoral de 1881 (Lei Saraiva), com a criação do título de eleitor, e com a emancipação dos escravos em 1888, por meio da Lei Áurea. As concessões do governo monárquico, ao espírito reformista liberal, aceleraram o desgaste com a velha elite oligárquica, que gradualmente foi aderindo aos partidos republicanos provinciais.

Dessas circunstâncias reformistas advém três monarquistas com projetos de construção do modelo nacional na década de 1880, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e André Rebouças. Será abordado brevemente como o civismo de Rui Barbosa, em seu idealismo retórico, convergiu para apoiar um projeto republicano conservador e politicamente excludente, alicerçado na oligarquia cafeeira. Enquanto que Joaquim Nabuco e André Rebouças, oferecem um contraponto ao projeto monocultor e oligárquico, visando a construção efetiva de um modelo nacional inspirado no novo liberalismo inglês.

É debruçando-se no trabalho de Christian Lynch¹ que será esboçado o antagonismo entre Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, em três campanhas políticas: a Reforma Eleitoral, a Abolição da escravidão e a Proclamação da República, que contaram com o engajamento desses parlamentares em fins do século XIX. Para isso é importante citar um trecho em que

¹ LYNCH, Christian Edward Cyril. A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco. Revista de Sociologia e Política [online]. 2008



Lynch define a genealogia ideológica por trás desse liberalismo mais radical.

Do ponto de vista da doutrina social, os liberais urbanos absorviam em diferentes graus o impacto do novo liberalismo britânico, teorizado por Thomas Hill Green (1836-1882) e capitaneado pelo Primeiro-Ministro William Gladstone (1809-1898), chefe dos liberais ingleses. Para enfrentar os desafios da democratização, o maior dos quais era a insatisfação do operariado com a desigualdade social e sua atração quase irresistível pelo socialismo, o novo liberalismo adotava uma concepção mais positiva do Estado, admitindo a limitação do direito de propriedade e de livre contratação em favor do interesse daqueles que, com seus salários, não tinham acesso aos confortos necessários a um padrão de vida razoável. Não por acaso, o novo liberalismo passou a bater no domínio da antiga aristocracia de sangue e a recorrer cada vez mais à noção de pátria, deixando à sombra o antigo universalismo, a fim de justificar uma maior preocupação com a igualdade material" (2008, pág.115)

O novo liberalismo inglês reflete a predominância, cada vez mais evidente, da soberania nacional sobre os interesses de classe universalistas. A priori, esses preceitos são assimilados em diferentes níveis por Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, sendo o suficiente para o futuro do progresso nacional converte-se numa preocupação mútua.

Na primeira campanha, a Reforma Eleitoral, ambos já parlamentares desde 1878, situam-se em lados opostos. Rui Barbosa foi redator da Lei Saraiva que criou o título de eleitor, eleições diretas para os cargos parlamentares e abriu a elegibilidade para estrangeiros e não-católicos. Não obstante, ela reduziu o eleitorado, restringindo o voto das camadas iletradas e estabeleceu uma renda mínima para a elegibilidade ao congresso. Essas mudanças excludentes, segundo o redator baiano, seriam um fator de melhoria na “qualidade” do voto.

Joaquim Nabuco pressupunha na construção democrática, primeiramente, a necessidade de alargar o eleitorado, e tirar o monopólio político da mão da elite fundiária. A reforma eleitoral, evidentemente, foi uma grande derrota, pois “[...] reduziu o eleitorado em dez vezes e consolidou o sistema político nas mãos da lavoura, substituindo o antigo modelo político saquarema por um parlamentarismo aristocrático” (LYNCH, 2008 pág.117). Para Nabuco, o projeto nacional deveria incorporar a população pobre e os escravos, sendo a oligarquia rural, em seu ímpeto monocultor e escravista, um entrave para a formação de trabalhadores livres.

Nota-se, desta maneira, uma preocupação social maior no reformismo de Nabuco, angustiado pela distância entre a realidade brasileira e as mudanças sociais vivenciadas na Europa. De um outro lado, em Rui Barbosa, prevalece um ideal mais filosófico ao buscar a soberania nacional num sistema representativo mais “racional” e de melhor “estirpe”. Para o



primeiro, a Lei Saraiva transformou o Parlamento em “[...] um verdadeiro Congresso Agrícola” (*Ibid*, pág.116). Para o segundo, foi instituído o melhoramento da cidadania nacional.

Na segunda campanha, a Abolição da Escravidão, esses intelectuais confluem no engajamento abolicionista, embora Lynch mencione a adesão meramente protocolar de Rui Barbosa, no pleno exercício de seu espírito jurídico (*Ibid*, pág. 117). Nabuco é quem clama por uma reforma social mais enfática em sua obra propagandística *O Abolicionismo*. Nessa obra, ele demonstra preocupação com o sistema patronal e os óbices da construção de uma nacionalidade brasileira:

Seu olhar sociológico transformou a escravidão numa verdadeira infraestrutura da sociedade brasileira, responsável pelo monopólio da propriedade e da política por uma minoria de senhores e patrões que submetia o mundo dos trabalhadores ao seu arbitrio e impedia o surgimento de uma classe de trabalhadores livres. Haja vista que não existia uma nação formada apenas de senhores, ou seja, de uma única classe - a patronal, a formação política da nacionalidade brasileira dependia da superação dessa dicotomia entre mundo do trabalho e mundo da cidadania, cujo primeiro passo estava na extinção da escravatura e no reconhecimento da dignidade e da juridicidade do mundo do trabalho. Por isso mesmo, não bastava acabar com a escravidão, sendo preciso ainda eliminar a sua obra: a abolição total deveria ser a primeira de uma série de reformas sociais necessárias à elevação do povo brasileiro ao grau de civilização que se esperava dele” (LYNCH, 2008 pág.1117-1118).

O espírito reformista de Nabuco apega-se à monarquia em sua fase de concessões liberais, esquecendo-se que foi esse o sistema de governo instrumentalizado pela classe patronal após a Independência. Crê que a monarquia é a única força capaz de enfrentar a aristocracia rural em suas reformas liberais. Por isso mesmo é que o republicanismo cresce entre os proprietários de terras, especialmente após a abolição. Na ótica de Nabuco, portanto, o modelo aristocrático-monocultor constitui-se numa força reacionária de classe, detendo a formação de uma democracia progressista, sedimentada no trabalho livre e no direito jurídico.

Na terceira campanha, a Proclamação da República, os ímpetus político-filosófico de Rui Barbosa e nacional-reformistas de Joaquim Nabuco colidem novamente, provocando a cisão entre os dois. Rui Barbosa substitui seu monarquismo, ancorado no parlamentarismo inglês, para cortejar sua forma “evoluída”, as instituições liberais do presidencialismo norte-americano (*Ibid*, pág.119). Advém dessas influências os pressupostos da Constituição republicana de 1891. Joaquim Nabuco, abandona o parlamentarismo com o estabelecimento da República, percebendo, naturalmente, a inviabilidade de suas reformas liberalizantes: a reforma agrária e o imposto territorial.

Enquanto que Rui Barbosa ateu-se nas mudanças políticas das instituições,



buscando atualizá-las frente ao progresso, sem necessariamente reformar as relações de poder e a estrutura econômica do país, Joaquim Nabuco, bradava a necessidade de um liberalismo radical com reformas sociais para libertar a população dos interesses monopolistas da aristocracia rural. Seu pessimismo era explicado pela semelhança notada entre a realidade do país e as experiências republicanas da América hispânica, sociedades patronais distantes da civilidade europeia.

[Para Nabuco]As instituições políticas deveriam ser elaboradas a partir de um equilíbrio entre o estado real do povo como um todo - e não apenas as aspirações de suas elites alienadas - e os valores que fortaleceriam o Estado na consolidação da nacionalidade e na direção da liberdade democrática"(Ibid, pág.121).

Logo, Rui Barbosa tornou-se o principal espírito cívico da República, modernizando as instituições políticas e jurídicas num liberalismo programático que conservou as estruturas sociais tradicionais. Nabuco abandonou o parlamentarismo e viu distante o seu interesse no alargamento do poder público e na consolidação de um povo brasileiro. Os dois, no entanto, aspiravam ao progresso e faziam parte de um liberalismo reformista que também atravessou as propostas de André Rebouças no final do século XIX.

André Rebouças, nessa toada liberal-radical, foca-se nas questões fundiárias e nas relações de trabalho. Abolicionista convicto, tinha por proposta a emancipação dos escravos sem a indenização aos senhores, e após a Lei Áurea, foi acometido por um otimismo ufanista sobre o futuro da nação, idealizando um “Novo Brasil”. Embora se ocupe da inserção dos escravos e da população livre na economia nacional, seu foco está na integração dos novos elementos vindos da Europa, os imigrantes.

A emancipação dos escravos levanta o debate em virtude da demanda de mão-de-obra fundiária e como ela pode ser repostada através do trabalho livre. Inobstante a indiferença ao negro e às populações livres e marginalizadas, a corrente dominante decide apostar na imigração europeia, por critérios raciais e civilizatórios. É perceptível em Rebouças que seu grande interesse reina nas formas de integração dos colonos europeus, porém sua proposta destoa da estrutura de poder sedimentada na aristocracia rural, alinhando-se mais ao espírito reformista de Nabuco.

Suas principais bandeiras tornam-se mais claras à medida que o texto avança: a diversificação da produção e a divisão das terras em pequenas propriedades, atraindo a figura do 'imigrante-proprietário'. Assim, para cada zona agrícola, o autor não se atém ao principal produto natural encontrado na região, ou ao mais importante



produto agrícola então explorado: gasta muitas páginas descrevendo, em cada região, produtos agrícolas e industriais que, se ainda não são produzidos, poderiam sê-lo n 'Novo Brasil' (FERREIRA *et al.*, 2010, pág.104).

A reforma agrária também permeia seu discurso e ideário político, compreendendo as reformas liberais da monarquia como o principal vetor para a construção de uma nação progressista. Sua causa tergiversa, sobretudo, na integração da população brasileira à economia de mercado, através da policultura e da pequena-propriedade. Privilegia especialmente a mão-de-obra branca dos imigrantes europeus, que seriam responsáveis pela construção de um “Novo Brasil” civilizado. No entanto, suas asserções reformistas são vistas com desconfiança pela corrente dominante, compromissada com os interesses oligárquicos e conservadores, como ressalta Naxara:

Para a maioria no entanto, a problemática deveria estar restrita à substituição de braços, sem reformas que apareceram nesse momento, eram bastante conservadores, tendo em mente a subdivisão parcial da propriedade, de forma a criar uma classe média rural pequeno-proprietária, que coexistiria com e ao lado da grande propriedade"(1991, pág.62).

Com a Proclamação da República, André Rebouças segue para o exílio juntamente com a família real. O episódio marca também a vitória do conservadorismo sobre os reformismos liberais-democráticos, consolidando as bases do poder da oligarquia cafeeira paulista, que segue no poder até 1930. Essa aristocracia rural, como menciona Naxara, via na produção latifundiária o símbolo do progresso, repelindo reformas sociais mais drásticas nas estruturas de poder. Para essa classe, com a abolição a necessidade tratava-se apenas de substituir superficialmente a mão-de-obra escrava sem mudanças contundentes nas relações de produção.

Para a maioria dos proprietários, no entanto, a questão se resumia à mão-de-obra necessária para a substituição dos escravos. Se os reformistas viam no parcelamento da propriedade um elemento de progresso, estes, pelo contrário, achavam que o agente do progresso era a grande propriedade. Somente ela podia contar com os recursos necessários para a sua promoção (*Ibid*, pág.70).

A necessidade de formação de um mercado de trabalho livre redirecionou o enfoque para as massas rurais. Porém, as dificuldades de integração dessa população nas atividades produtivas anteriormente desempenhadas, sobretudo, pelo escravo, estimularam no imaginário elitista a cristalização de estigmas sobre o homem do campo, tido como um vadio, bêbado e indolente. O aspecto mestiço e heterogêneo da população pobre veio reforçar essa percepção,



denotando a ausência de uma “raça” nacional, de modo que, a imigração europeia viria para sanar duas questões: a melhoria da raça brasileira através da adição de populações brancas, cumprindo os postulados estético-raciais compatíveis com a civilização; e no suprimento de trabalhadores livres por meio de uma mão-de-obra mais “disciplinada” e “afeita” ao trabalho.



3 PERSPECTIVAS INTUITIVAS: A ANGÚSTIA PROGRESSISTA E A MARGINALIDADE BRASILEIRA.

2.1 INTRODUÇÃO

A urgência da formação de um Brasil moderno, incólume do vergonhoso passado escravista e da submissão colonial, tornou-se a grande pauta progressista das elites brasileiras após 1880. Porém, a busca por identidade nacional e o diagnóstico da condição das populações livres produziu reflexões ambíguas e céticas acerca do Brasil e de sua posição na modernidade. Se a historiografia persistiu durante longo tempo no mito das origens fidalgas do Estado brasileiro e de sua elite fundiária, foi a literatura quem primeiro examinou a sociedade e a população comum.

Essa sensibilidade e esse pensar a sociedade e a cultura brasileiras se fizeram em sintonia com a era do progresso, da ciência e das artes do séc. XIX, manifestando-se, no caso brasileiro, principalmente através da literatura que, como bem salientou Antonio Cândido, foi a atividade que mais cedo contribuiu para o conhecimento do Brasil e de seu povo, ainda que de forma altamente intuitiva" (NAXARA, pág.33).

O empenho literário ocupou-se de sintetizar a condição da cultura e da sociedade brasileira frente às demandas liberais e o advento da economia capitalista, pináculo do progresso e do modelo de civilização. Sujeitando a população rural, maioria absoluta no país, a esse enfoque crítico, as conclusões foram variadas, porém a característica mais contumaz foi a incompatibilidade dessas massas com a modernidade e da urgência da formação de um povo brasileiro. Essa desilusão com o “nacional” reforça a premência da imigração europeia para a edificação de uma cidadania brasileira, mais próxima do ideal branco euro-americano. Por outro lado, essa perspectiva de rejeição ao brasileiro, mameluco e miserável, vêm também denunciar as inconsistências da realidade nacional frente aos princípios liberais-democráticos emanados pelas nações “cultas”.

3.2 O PESSIMISMO EUCLIDIANO

Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões* (1902) examina o brasileiro objetivando situá-lo na marcha civilizatória. Sua análise, porém, é dotada de certa angústia, provocada pela sensação de que a população no país nunca constituirá efetivamente uma raça, predicado indispensável para os princípios de unidade nacional. Sobre isso, pesam as inconsistências do tipo brasileiro, ainda abstrato, marcado por intensa miscigenação, completamente descaracterizado e desprovido de identidade. De modo que, Euclides entende o brasileiro como



um tipo a ser formado, preocupando-se pelo advento iminente da soberania nacional sem a presença de uma nação estabelecida.

Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca. Estamos destinados á formação de uma raça histórica em futuro remoto, se o permittir dilatado tempo de vida nacional autonoma. Invertemos, sob este aspecto, a ordem natural dos factos (1908, pág. 70)².

Permeia a ótica euclidiana uma visão orgânica da história, na qual cada raça humana evoluiu distintamente, sendo essa, portanto, a gênese das raças que constituem o mundo. No contato direto com o sertanejo, em sua experiência em Canudos, Euclides vê com pessimismo a miscigenação da população, dado que, “[...] exprimem estadios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante á revivencia dos attributos primitivos dos ultimos (CUNHA, 1908, pág. 108).” Nesse processo evolutivo os estigmas das “raças inferiores” tendem a prevalecer sobre o elemento branco civilizado. “De sorte que o mestiço - traço de união entre as raças, breve existencia individual em que se comprimem esforços seculares - é, quasi sempre, um desequilibrado (*Ibid.*)”

No litoral nordestino, onde o caldeamento de raças é maior, a mestiçagem é mais contundente e diversificada, o que o jornalista fluminense entende como uma degeneração, visto que, gera um tipo intermediário desprovido das qualidades das raças ascendentes (*Ibid*, pág.109). Esse tipo descaracterizado, presente nas diversas regiões, somado a imigração europeia nas zonas produtivas, define uma série de disparidades que tornam a formação brasileira absurda (*Ibid*, pág.68). A homogeneidade e a coesão orgânica necessárias ao progresso e à civilização estão ausentes no cenário brasileiro, e o mestiço para Euclides, antes de ser um tipo nacional, é sobretudo, um intruso na evolução humana.

Inobstante, o sertanejo possui certa integridade, está imune das mesclas complexas do litoral, que atrofiam as possibilidades de desenvolvimento do mestiço. O matuto do interior é protegido pelo exílio geológico, vive na caatinga num contexto inóspito e severo, e portanto é um forte. Oriundo do entrelaçamento racial simples (o branco com o indigena) seu desenvolvimento tende para homogeneização através das relações endogâmicas, conservadas pelo isolamento. Segundo Maria Isaura Queiroz, é Euclides da Cunha quem cria o mito do

² CUNHA, Euclides da. Os Sertões.



isolamento das povoações rurais, que será repercutido em diversos estudos posteriores como característica do modo tradicional do homem nacional (QUEIROZ, 1973, pág.08-09). A questão é que o isolamento euclidiano mantém viva a esperança do autor de que no sertão ermo e hostil surja uma unidade orgânica que talvez venha a ser uma raça tipicamente nacional.

O sertanejo mantém estigmas das “raças inferiores”, fator que lhe dá um caráter de humildade deprimente (CUNHA, 1908, pág.114).” Porém sua integridade orgânica, lhe confere “[...]sólida base física do desenvolvimento moral ulterior”(Ibid, pág.112), possibilitando sua adaptação às influências mesológicas. Essas características tornam o sertanejo um tipo mais propenso à evolução social progressista do que os mestiços do litoral. O vaqueiro do sertão é seu arauto, e “[...]se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro ou travar ligeira conversa com um amigo, cai logo-cai é o termo- de cocaras [...]”(Ibid, pág. 114)”, demonstrando aparente apatia, no entanto, permeia seu agir também um impulso conquistador, heróico daquele que domina seu meio. Como salienta Euclides:

Basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadeiar das energias adormidas. O homem transfigura-se. Impertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe, alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desasombrado e forte; e corrigem-se-lhe, prestes, numa descarga nervosa instantânea, todos os efeitos do relaxamento habitual dos órgãos; e da figura vulgar do tabaréu achamboado, reponta, inesperadamente, o aspecto dominador de um titan acobreado e potente, num desdobramento inesperado de força e agilidade extraordinárias”(Ibid, pág. 115).

Nos dizeres euclidianos, o sertanejo é marcado por esse contraste entre apatias longas e impulsos dominadores que o impelem à ação em seu meio (Ibid). De modo que, a miséria e o abandono da vida sertaneja, para ele, são consequências do descaso das políticas públicas e do despeito das elites nacionais (NAXARA, 1991, pág.116). Nesse sentido, o advento da civilização surge como uma condenação inevitável e a evolução social torna-se urgente, pois “[...]ou progredimos ou desaparecemos. A afirmativa é segura.”(CUNHA, 1908, pág.70). Daí seu aparente pessimismo com a formação do brasileiro, mas otimismo com relação ao progresso, seu ideário crê piamente na evolução humana, mas se vê angustiado pela possibilidade do Brasil ficar para trás nessa marcha.



3.3 A DENÚNCIA DE ROMERO

Em Sílvio Romero é possível perceber também um Brasil avesso ao progresso, desorganizado e decadente. Em suma, essa condição se dá, em seus dizeres, pelo caráter da população e de suas elites oligárquicas. A formação histórica colonial, permeada pela presença do colono português em contato com o índio e o negro no meio tropical resultou na destruição das qualidades iniciais do primeiro e na sobreposição pela índole autoritária e servilista, presente na tendência comunitária e dependente da estrutura social brasileira. A situação esboçada por Romero é uma profunda crítica a um Brasil deteriorando-se frente à exploração parasitária de suas oligarquias.

Não, nada disso. O Brasil de hoje, como foi organizado por certos phantasistas sem cultura real, sem plasticidade organica de talento e de doutrinas, confundidores famosos de phrases com ideas, e como tem andado ao sabor e sob o tacão de criminosos exploradores - é uma desarticulada dictadura, de joelhos perante o exercito, repartida em vinte oligarchias fechadas, feudos escusos, pertencentes a vinte bandos de sicarios. Semelha-se a um enorme mastodonte, dividido em vinte pedaços que apodrecem lentamente sob o corvejar de abutres que os devoram....(1910, pág.405) ³

Romero denuncia o ufanismo, marcado por uma pretensa superioridade do povo brasileiro, que permeia a retórica propagandeada ao espírito coletivo nacional, qualificando esse “chiste” como um dos grandes males do país. Visto que, a grande maioria dos brasileiros estão perdidos nas fantasias [...] de nossas superioridades, de nossos progressos, de nossa cultura,[...] perdemos, com a mais singela, intima e sincera confiança o senso da realidade, a consciencia das cousas e nos julgamos collocados no pinaculo entre as nações"(Ibid, pág. 103). A ilusão ufanista e o caráter comunitário-servilista das estruturas sociais condicionam as instituições políticas à degradação e ruína, agravando as inumeras inconsistências entre o Brasil e os ideais de civilização.

E é porque vivemos na phantasia de ser um grande, poderoso, riquissimo, avançado, cultissimo povo, tanto que (é a crença geral...) fazemos sempre a primeira figura em todos os congressos mundiaes, e é porque, como consequencia dessa miragem, julgamos os nossos estadistas prodigiosas cabelos, dignas da veneração universal, que, como os loucos que se julgam reis, não damos fé do deploravel estado que nos debatemos."(1910, pág.110)

³ ROMERO, Sílvio. Provocações e Debates.



Nessa conformidade, Romero dialoga com Nabuco na crítica ao presidencialismo oligárquico, acusando a “cópia” de modelos liberais dos povos “mais cultos” que somos incapazes de cumprir na prática, devido à incompatibilidade com a realidade nacional. Com isso, foi criada uma ordem política desarticulada e que perpetra, incoerentemente, o sequestro das liberdades públicas aos interesses das oligarquias em suas instituições pretensamente liberais. A vontade popular não se faz presente na política e as massas seguem afastadas da ordem pública. “Dahi a pasmosa decadencia do parlamentarismo, que se foi pouco a pouco transformando no famoso *sorites* de Nabuco de Araujo (*Ibid*, pág.108).”

O abandono das massas e a ausência de representação popular agravam a incoerência de uma sociedade centrada no poder de blocos oligárquicos que mantêm o povo alienado e sem instrução para conservar seu domínio e exploração. Sílvia Romero denuncia a inconsistência entre os predicados de cidadania liberal e o modelo político brasileiro:

Ora, a política, segundo a melhor definição que della se conhece, - é, como sciencia, a theoria da vontade popular, como pratica, a realização desta vontade. O Brasil desmente em absoluto tal verdade. A prova temol-a irrefragavel neste factio vergonhosissimo, cheio dos mais alarmantes perigos: a indiferença, o desinteresse, o alheimento completo em que andam as massas, o povo, as gentes todas d'alto a baixo por seu viver como nação, seus destinos collectivos, suas funcções historicas, suas aspirações ideaes."(*Ibid*, pág.108-109)

No mais, afora as fantasias ufanistas de grandeza e progresso, a realidade brasileira é de “ ignorancia, pauperismo, miseria, oppressão [que] reinam por toda a parte”(*Ibid*, pág.110). A massa segue condenada à barbárie numa lógica de trabalho estanque entregue à exploração dos blocos oligárquicos, situação que condiciona as “gentes” brasileiras a um servilismo patronal avesso ao ímpeto particularista das nações civilizadas. A rigor, essa lógica pode ser mudada, “basta que alguns milhares de homens, em dia de eleição, sáiam á rua decididos a exercer com firmeza, coragem, verdade, o seu direito de voto, no intuito de expulsar das altas posições executivas e parlamentares os nullos, os prevaricadores, os traficantes”(ROMERO, 1910, pág.111). Contudo, para que o Brasil concretize sua existência como nação, Sílvia Romero evidencia quatro caminhos:

O primeiro caminho é a permanência no *status quo*, qualificado como anacrônico e perigoso, marcado pelo atraso e apatia e pelo desequilíbrio entre as regiões norte e sul no regime de imigração (*Ibid*, pág.116). Os três caminhos seguintes sintetizam os ideais de Romero;



O segundo caminho seria seguir o exemplo dos japoneses, dotados de uma cultura firme eles a adaptaram modernizando-a a partir dos preceitos europeus, sem a perda de sua identidade nacional;

O terceiro caminho, é o mais seguro, ou seja, é o da instrução pública das massas, focada em aproveitar somente suas boas qualidades ao progresso;

O quarto caminho é complementar dos dois últimos, seria o de fomentar um regime de imigração européia para todas as regiões do território, “[...] com a condição da inoculação de elementos étnicos de primeira ordem, por todas as regiões do país, forma que sejam assimilados à nossa gente pelo uso de nossa língua”(Ibid, pág.117).

Resumindo, para Sílvio Romero a formação da nação e do brasileiro perpassa por dois pontos: pela assimilação de imigrantes europeus na cultura nacional, inculcando nela uma raça de “primeira ordem”, e o foco na instrução pública e na língua nacional, para construir uma modernização de caráter tipicamente brasileira. Como menciona Naxara, Romero “via no mestiçamento a possibilidade de formação da identidade nacional, ainda que essa sua perspectiva tenha sido formulada tendo em vista a possibilidade de branqueamento da população a partir dos cruzamentos entre os nacionais e os imigrantes recém-entrados”(NAXARA, 1991, pág.127). Se para Euclides a miscigenação era um dado degenerador, para Sílvio Romero ela acarretaria na sobreposição da raça mais forte, a raça branca, eliminando da população os traços indesejáveis do negro e do índio.

Esse processo, porém, não pode seguir sem o alargamento e melhoria da educação pública, para que, por meio de processo homogeneizador, esses imigrantes sejam efetivamente assimilados como brasileiros. Não à toa, Romero foi um grande crítico da imigração alemã no sul, onde a maioria dos colonos se comunicavam em alemão, em detrimento da língua nacional, o português. O ensino também teria o papel de estimular a substituição de estruturas servilista-comunitárias pelo particularismo dos povos cultos, fomentando o *self-made man* à brasileira. Daí a importância singular da educação em seu ideário nacional, concordando com Euclides acerca da necessidade da evolução social antes mesmo da cristalização de uma “raça” nacional.

Embora seus aforismos raciais tornem sua abordagem ambígua, Sílvio Romero preocupa-se com as massas de trabalhadores rurais, maioria da população em seu tempo. Deixa candente o antagonismo existente entre a população urbana e a população rural, vista como atrasada. Diferentemente de Euclides, seu matuto, caboclo ou caipira não é distinguido



essencialmente pela raça, sendo independente do ofício, ou da região, o operariado rural, assolado pela dependência e exploração dos mandões locais e pelos estigmas da “*cittadine*”:

O caipira, o matuto, o tabaréu é, fundamentalmente e acima de tudo -, o homem do campo, o homem do matto, o homem da roça, repito, qualquer que seja a sua cor, a sua profissão, e a zona em que habite. <<Este senhor é da roça, ou esta Senhora é da roça>> - é frase que vem logo aos lábios da *cittadine* brasileira, especialmente a fluminense, quando alguém lhe parece infringir as regras da boa etiqueta”(1910, pág. 208-209).

De modo que, o atraso social não está presente apenas na esterilidade e estagnação do trabalho desse operariado rural, a grande vítima dessa conjuntura. Engloba, sobretudo, a casta *cittadine* e os mandões locais, todos escorados nas relações oligárquicas e no poder público, incapazes de desenvolver estímulos particularistas para alcançar o progresso por si mesmos, por isso que buscam “[...]de preferencia os povoados, nomeadamente as cidades, cujo viver se lhe afigura cheio de doiradas miragens apto a lhe garantir superioridades irrecusaveis sobre os homens do campo, do matto, da roça” (*Ibid*, pág. 209) Essa miragem de relativo progresso nas cidades, no entanto, mascara fantasiosamente um país sem cultura e sem caráter, cuja lógica comunitária e servilista torna sua população inapta para a cidadania.

O foco nas massas rurais, e a preocupação por sua inclusão na vida pública, somados à denúncia do descaso das elites fundiárias, são perceptíveis tanto em Euclides como em Sílvio Romero como propostas para a construção de uma cidadania brasileira. Essa pauta, não obstante, é renitente porque o conceito liberal-burguês de soberania nacional reside justamente no alargamento da participação popular nas instituições políticas, como resultado da prevalência dos interesses do povo-nação sobre o Estado.

3.4 A SÁTIRA DE LOBATO

A questão é que ambos autores deparam-se em suas análises com um país desprovido de nação estabelecida, contudo, formulam propostas singulares e ambíguas sobre o potencial de integração das massas rurais na civilização. Monteiro Lobato com seu Jeca-Tatu, em princípio, surge como contraponto a essas ideias. Lobato de forma combativa ataca a tendência literária que enaltece o “nacional” tipificado na figura do caboclo ou caipira. Sem floreios românticos, cumpre a tarefa de escancarar a realidade sobre esse “tipo nacional”, personificando-o na figura do Jeca: ““Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!”.(2012, pág.13)



O Jeca Tatu de Velhas Pragas e Urupês (1914) é retratado através da ótica do Lobato fazendeiro, reforçando a retórica de desqualificação do trabalhador nacional, em detrimento da mão-de-obra imigrante. A população agregada do campo, isso é os não-proprietários, é representada como parasita da terra, incapaz de assimilar os princípios da civilização e progresso. Alheio à vida pública, o Jeca está sempre de cócoras seguindo à risca a “lei do menor esforço”. Indolente e sem raízes em terra alguma, está condenado à estagnação e ao pauperismo. De ostentador tem apenas seu panteão de superstições e seu gosto pela cachaça. É completamente desprovido de sentimento pátrio e avesso ao trabalho, que “não paga a pena”:

Todo o inconsciente filosofar do caboclo grulha nessa palavra atravessada de fatalismo e modorra. Nada paga a pena. Nem culturas, nem comodidas. De qualquer jeito se vive. Da terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira, por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita, nem exige celeiro. O plantio se faz com um palmo de rama fincada em qualquer chão. Não pede cuidados. Não a ataca a formiga. A mandioca é sem-vergonha.(2012, pág.16-17)

A presença dos imigrantes no início do século XX, inerentemente, leva as elites brasileiras a compará-los com a população rural do país, qualificando esta como imatura e atrasada frente aos brancos europeus, mais afeitos ao mercado de trabalho. Na literatura e nas artes plásticas, porém, a oposição entre o bucolismo do campo e o caos das crescentes cidades propicia uma tendência artística de revitalização romântica do tipo nacional, resgatando o indianismo naturalista, contudo, através de nova roupagem, aquilo que Lobato denomina jocosamente como “caboclismo”. Seu Jeca Tatu, contrapõe essa tendência, cuida de evidenciar como o tipo “heróico” nacional, o caboclo, é despreparado e apático, postura que fragiliza a jovem nacionalidade brasileira, deixando-a sensível às influências dos imigrantes europeus.

Para Lobato, o caboclo - chamado de Jeca Tatu - pode ser bonito no romance, mas é feio na realidade. A natureza e suas facilidades tornam-se um obstáculo à regeneração do caboclo, já que ele não tem que enfrentar a hostilidade do ambiente. O Jeca, como um anti-herói, é chamado de "piolho da terra" e "orelha de pau", e sua caracterização se contrapõe aos que idealizam os índios, os caboclos, os caipiras, e falam do Brasil com patriotismo ufanista. (OLIVEIRA, 2003, pág.234)

Contudo, na década seguinte, sob influência dos escritos de Belisário Pena e Arthur Neiva, Monteiro Lobato se lança na campanha sanitária, reformulando também sua visão do Jeca Tatú. A apatia e a miséria do famoso personagem passam a ser explicadas através de sua condição clínica, o Jeca encontra-se doente, sofre de amarelão. Jeca Tatuzinho (1924) é



representado como proprietário e não mais como agregado, porém persistem os vícios de sua versão anterior, a indolência e a vadiagem. Sua preguiça e desânimo lhe impedem de ser tão rico e próspero quanto seu vizinho italiano.

Jéca Tatú possuía muitos alqueires de terra, mas não sabia aproveitá-la. Plantava todos os anos uma rocinha de milho, outra de feijão, uns pés de abóbora e mais nada. Quando colhia essas roças, o mantimento era tão pouco que cabia nos cantos do seu casebre. Criava em redor da casa um ou outro porquinho e meia dúzia de galinhas. Mas o porco e as aves que cavassem a vida, porque Jéca não lhes dava o que comer. Por esse motivo o porquinho nunca engordava, e as galinhas punham poucos ovos. (LOBATO, 1924, pág.09-10)

No entanto, esses traços negativos são curados pela intervenção de um médico sanitarista que prescreve um tratamento ao Jeca. Curado do amarelão, o caipira substitui seu pobre roçado de subsistência por uma produção voltada para o mercado, melhor aproveitando suas terras, torna-se empreendedor. Valente e trabalhador sem igual, o renovado Jeca ultrapassa seu vizinho italiano em riqueza e converte-se em coronel. Essa analogia que Lobato faz da população rural brasileira permite compreender que para o escritor, após seu ímpeto sanitarista, o problema que realmente aflige a condição do “nacional” é muito mais o descaso do poder público frente à uma população doente, do que o determinismo mesológico e étnico, como supunha na primeira versão em Urupês.

Ainda sim, esse Jeca revitalizado é proprietário, representa o sitiante paulista, mas não o agregado desprovido de terras. A proposta lobatiana é a inserção desse tipo nacional na produção de mercado, transformando-o em empreendedor. A cidadania liberal é permeada pela participação ativa na produção econômica, predicado essencial para a integração na vida política. Esse postulado advém, sobretudo, do liberalismo norte-americano, influência candente nos princípios de cidadania no ideário brasileiro desde Rui Barbosa à Monteiro Lobato. As denúncias dos literatos frente o descaso do poder público com a população vêm explicitar a contradição flagrante entre a conservação da estrutura oligárquica e o clamor liberal-modernizante.

Para esses intelectuais o progresso é iminente e só há um caminho a ser seguido: a civilização. Sob uma perspectiva orgânica e evolucionista da história, os escritos de Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Monteiro Lobato apresentam diagnósticos da posição do brasileiro em relação à modernidade, e se as abordagens são ambíguas, de um lado caracterizadas pelo determinismo racial, e de outro pela denúncia do descuido do poder público, as propostas, em



suma, buscam “descobrir” o brasileiro e propor soluções para esse tipo distinto e heterogêneo, que por suas características tão discrepantes da civilidade eurocêntrica, muitas vezes é tido como incompatível com a modernidade.

É Cornélio Pires quem elege com ênfase o caipira como o tipo nacional. Sua carreira como contista e folclorista foi inteiramente dedicada à divulgação da cultura rural paulista e do “caipirismo” como a forma mais pura de expressão de “brasilidade”. Em suas obras será analisado de forma mais minuciosa seu ativismo em suas representações e propostas de integração da massa popular à modernidade, frente a iminência do progresso. Para o escritor tietense, a figura do caipira, o legítimo homem do campo brasileiro, leva incubada em seu cerne as virtudes mais proeminentes para a integração ao Brasil moderno. Logo, a abordagem corneliana será inquirida, por meio de suas obras, para entender sua proposta de cidadania e civismo para essa gente.

4 CORNÉLIO PIRES E A INTEGRAÇÃO DO TIPO NACIONAL

3.1 INTRODUÇÃO

[...] A gente ganha sapato,
ganha ropa de argodão, come
frango, come pato, quano é
dia de inleição.

O tar crube é um bão cevêro,
os chefe são cevadó, é gente
que tem dinhêro p'ra garanti
o eleitô

O Dia de Eleição, Musa Caipira (PIRES, 1985, pág. 72).

Homem prático e de pouco estudo, Cornélio Pires se tornou poeta. Ainda jovem encontrou seu estilo artístico e nas funções de contista, folclorista e memorialista passou a divulgar a cultura de sua terra, o interior paulista. Nasceu em 1884 em Tietê, considerando a si mesmo um caipira. Morando na cidade de São Paulo, trabalhou como redator no periódico “O Comércio de São Paulo”, tendo contribuído posteriormente com o “O Estado de São Paulo” e a revista “O Pirralho”, fundando em 1926 sua própria revista, a humorística “O Sacy”.

Publica seu primeiro soneto romântico num semanário local em Tietê, o que lhe dá a confiança necessária para criar seu próprio “gênero”, os sonetos caipiras. Morando em São



Paulo, na pensão de sua tia Belisária, durante noites e noites trancado no banheiro, escreve escondido seus versos, da compilação desses sonetos em 1910 é publicada sua primeira obra, *Musa Caipira*. O estilo de Cornélio é marcado pela transcrição da oralidade “dialetal” do caipira, sendo o autor um correspondente dessas expressões culturais, por vezes como folclorista, representando o tipo autêntico “nacional”, por outras como humorista, buscando o pitoresco e o caricatural.

Ai, seu moço,
eu só quiria p’ra minha felicidade,
um bão fandango por dia, e uma
pala de qualidade

Pórva, espingarda e cutia,
um facão fala-verdade, e
ũa viola de harmonia p’ra
chorá minha sódade.

Ideal do Caboclo, *Musa Caipira*. (1985, pág. 39).

Ao longo de sua trajetória, Cornélio Pires foi um ativista engajado na divulgação dos costumes caipiras, mas também foi um homem multifacetado desempenhando os mais diversos ofícios, como jornalista, professor de educação física, inventor, empreendedor... Não acumulou fortuna, devido aos seus negócios mal-sucedidos e ao seu intento em financiar aquilo que lhe era mais importante: a divulgação do tipo brasileiro por excelência, o caipira.

Cornélio Pires manteve com o caipira um intenso e constante contato, em longas permanências no interior do Estado de São Paulo, especialmente nas proximidades de sua terra de origem, Tietê, na região Sul do estado, zona velha e tradicional, em períodos nos quais observava e registrava hábitos, costumes, crenças, casos, lendas e a linguagem do interiorano; por isso é comum que aspectos de contos e ensaios do escritor constem de estudos desenvolvidos por folcloristas e estudiosos do caipira."(LEITE,1996, pág.120)

A par da crítica, Cornélio Pires se compromete a escrever para o povo, em linguagem simples, sem ostentação erudita e em capítulos curtos. Talvez por conta de sua pouca instrução, se vê à margem dos grandes literatos de seu tempo, referindo-se a si mesmo como um “[...] rabiscador de folhas impressas, a que, com muita boa vontade, há quem dê o nome de livro.” (1985, pág.24). Ainda sim, mediante sua modéstia intelectual, alardeia a importância de seus “estudinhos” como uma fonte de “regionalismos de verdade”, tendo valor aos lexicógrafos e aos folcloristas. Não possui maior ambição, a não ser conservar a memória nacional... E é só...



Enveredando por um gênero artístico ainda pouco explorado, Cornélio Pires torna-se o arauto da cultura caipira, não apenas em seus intentos literários, mas sobretudo através de espetáculos e gravações de discos com seus causos e anedotas. Esse interesse específico em retratar a população rural de sua terra pode ser entendido como uma tendência regionalista mais ampla, propiciada por maior autonomia conferida aos estados pelo federalismo republicano. De modo que, o reconhecimento de uma identidade regional vem caracterizar toda a *citadine* paulista, em seu *ethos* artístico, especialmente por conta das transformações da São Paulo do início do século XX. Vejamos a seguir.

São Paulo nas primeiras décadas do século XX é o epicentro aglutinador das riquezas advindas com a economia cafeeira, seu espaço urbano, em intensa transformação, distancia-se cada vez mais da cultura rural, adotando o típico cosmopolitismo da “civilização” da *Belle Époque*. Na cidade encontra-se o otimismo progressista e o clamor ufanista- que Romero crítica no Rio de Janeiro-, sendo palco do “aburguesamento” dos hábitos e costumes citadinos, obliterando grupos e pessoas não condizentes com essa nova conjuntura higienista e secular.

São Paulo mudava agora a passos largos. A maneira como o mundo da técnica e das invenções - que entravam gradativamente como facilidades cotidianas e de racionalização prática - ocupou a vida de todos parecia não ter volta. A proposta de um mundo limpo e civilizado, onde por vezes a forma prevalecia sobre o conteúdo, fizeram cada vez mais a cidade se tornar diferente do campo. A secularização e a racionalização dos modos de agir e pensar criaram confrontos entre o saber tradicional e o saber erudito. As pessoas de camadas mais populares viram-se cada vez mais envolvidas em situações que exigiam delas novas atitudes. (VILELA, 2017, pág.269)

O impacto entre as diferenças entre uma cultura urbana cada vez mais frenética e uma zona rural estática torna-se lugar-comum nas expressões artísticas do período, perpetuando-se através de associações entre: cidade-urbanidade-progresso; campo-rusticidade-estagnação. Em O Correio da Roça, quando Maria e suas quatro filhas deixam a cidade para viver na zona rural fluminense, sua amiga Fernanda lhe aconselha buscar instruir suas filhas no empreendedorismo agrícola, para que não sejam contaminadas pela estupidez e ociosidade do campo:

A ambição do dinheiro é a manivela que, inconscientemente ou conscientemente, nos faz dansar a todos; aproveita essa circunstancia em favor da outra, a de veres tuas filhas interessadas pelo progresso e a redenção das terras abandonadas em que vivem e pela civilização dessa gente do povo que lhes rodeia a fazenda e que vegeta mais do que vive, sem proveito nem gloria para o Brazil nem para si. (ALMEIDA, 1913, pág.15-16)



Júlia Lopes de Almeida, em sua obra, antecipa o valor de redenção do empreendedorismo capitalista uma década antes do Jeca Tatuzinho virar coronel nos escritos de Monteiro Lobato. Não obstante, o que fica deste trecho da autora é o distanciamento cada vez maior do *habitus* citadino em relação ao seu congênere rural. Esse afastamento, porém, não se aplica propriamente na dimensão econômica. Sempre existiu uma rede de relações entre o campo e a cidade através das trocas entre - família-bairro-freguesia (Queiroz, 1973, pág.14), contudo, as mudanças que ocorrem na capital paulista são financiadas pela economia cafeeira, que infere também transformações na paisagem do interior do estado, majoritariamente rural:

O perfil do interior do estado também está em franca transformação. E a energia básica que impulsiona esse movimento vem do café, que constrói vias férreas para levar a sacaria ao porto, trazer gente, mercadorias e as novidades do mundo, que sacode velhas e modorrentas vilas, abre novas cidades, desbrava e póvoa sertões ignorados.(LEITE,1996, pág. 62)

Logo, as associações e representações cidadinas, em suas manifestações intelectuais, têm como lugar-comum os signos de distinção entre o urbano e o rural expressos em suas obras, sejam peças teatrais, livros ou espetáculos musicais. A roça, na linha que segue Cornélio Pires, imersa nesse simbolismo dialético, surge como fator de enraizamento da identidade paulista, e de maneira mais abrangente do brasileiro. Nessa toada, Amadeu Amaral, primo de Cornélio, influenciado por Musa Caipira (1910), publica O Dialeto Caipira (1920), resgatando o linguajar “dialeto” das populações da antiga província de São Paulo.

O esforço de recorrer ao caboclisto ou caipirismo como essência tribal, como traço de enraizamento na formação de uma pretensa identidade regional é perceptível também em Cornélio. Em sua única entrevista concedida à Silveira Peixoto em 1939, o contista tietense refere-se à sua genealogia indígena, menciona ser descendente dos caciques Piquerobi e Tibiriçá. Diante da incredulidade do entrevistador, reforça:

- Você está duvidando, hein? Pois embora isso pareça uma boa mentira, a verdade é que descendo daqueles dois caciques. Já estudei muito bem o caso e cheguei a essa conclusão. Ainda lhe mostrarei a minha árvore genealógica que, aliás, é uma verdadeira complicação internacional (1985, pág. 23)

Em Populações Meridionais do Brasil, até mesmo Oliveira Vianna, proponente do mito das origens fidalgas da elite paulista, reconhece que em muitas famílias existe uma genealogia mameluca:

Na família senhorial domina exclusivamente o elemento branco. Os preconceitos de raça e os sentimentos, o demonstram. Surgem mais tarde contingentes superiores, oriundos do cruzamento de branco com índio: nos ancestrais de muitas famílias da



época das “bandeiras” figuram cruzados mamelucos. O que não impede que, nas ideias, nos sentimentos, nos costumes desse grupo superior, as tradições arianas prevaleçam. (VIANNA, 1938,pág. 73)

Não à toa, o livro de Otoniel Mota publicado em 1941, *Do Rancho ao Palácio*, tenha um título tão intuitivo acerca da trajetória da “civilização paulista”. Por conseguinte, essa tendência entre os escritores em definir uma unidade orgânica atrelada às contribuições mestiças, denotando traços legitimamente brasileiros, circunscreve também à dimensão regional. Inerentemente, esse interesse perpassa pela busca do homem do campo. Conhecido como caboclo ou caipira, esse tipo rural no início do século XX vai gozar de um status valoroso na literatura e ao mesmo tempo sofrer um de seus piores reveses, com a criação lobatiana do Jeca Tatu de Urupês.

Portanto, existe uma ambiguidade nas representações sobre o caipira, ele é entendido como a alvorada da “civilização paulista”; mas também como reflexo do atraso e indolência; características que estão presentes interrelacionando-se na cadeia de signos que distinguem esse tipo quando interpretado à luz da cidade. A primeira asserção reconhece o bandeirante, em sua faceta fidalga ou mameluca, como o grande patrono da genealogia paulista, e a segunda asserção condiciona as populações rurais atrasadas ao desaparecimento de um Brasil cada vez mais moderno e urbanizado.

Deste modo, o objetivo do capítulo será o de analisar as representações que Cornélio Pires faz do caipira em suas obras literárias, identificando esquemas e signos que elucidem seu reconhecimento da cultura caipira e suas intenções acerca da integração dessa população ao Brasil moderno. Na primeira parte, será apresentada uma análise das representações de Cornélio, e mais detidamente, na segunda parte, a proposta política-sociológica implícita em seu discurso. Numa terceira e última parte, será discutido o legado do escritor tietense, e a associação de seus ideais com abordagens sociológicas, buscando compreender a situação do caipira no Brasil de hoje.

4.2 REPRESENTAÇÕES DO CAIPIRA

O retrato do universo caipira apresentado por Cornélio Pires é uma construção social e artística. Reflete honestamente muito mais as intenções e percepções do autor do que



objetivamente a população rural na qual retrata. Isso é próprio do discurso ficcional, e engloba, sobretudo, uma retórica performática tipológica e caricatural que dissimula nas entrelinhas um discurso simbólico, em seu ímpeto, formador do senso comum. Sua abordagem mais intuitiva que científica, optando por linguagem simples e de fácil acesso, denota seu público-alvo: o povo.

Em Cornélio, há a necessidade de consagração do caipira como o tipo nacional por excelência, não como o tipo inacabado da leitura euclidiana, nem como necessariamente um tipo sem caráter a ser sobreposto pela imigração, como se vê em Romero. O caipira em sua rudeza e heterogeneidade já é o tipo nacional que se faz presente. É completo em sua diversidade tipológica e possui muitas qualidades que o tornam mais astuto que o imigrante. A tendência a urbanização da sociedade em seu tempo vai relegando esse tipo a indiferença e ao esquecimento, daí a relevância de sua ação como memorialista, não olvidando a conservação mnemônica da verdadeira gênese da “gente” brasileira.

Seu principal método é trazer à tona a cultura caipira, circunscrita à tradição oral, “traduzindo-a” para a tradição escrita e performática da cidade. Posta-se como mediador, no ofício de folclorista e sertanista, explorando linguajar, causos e costumes daquilo que há de pitoresco em sua própria terra. Em seu contato com o caipira, adota uma postura objetiva, buscando retratar fielmente “o caipira como ele é”, assumindo um *modus operandi* quase etnográfico, mas sobretudo intuitivo.

De qualquer forma, um olhar estranho, de fora, que buscou conhecer, coletar, divulgar e mesmo criar histórias a seu respeito. Por maior que fosse a aproximação e mesmo a preocupação de respeito com relação à essa cultura, o autor lhe era e permanecia estrangeiro (NAXARA, 1991, pág.170).

É nas expressões literárias que somos apresentados ao grande palco de seus “estudinhos”, é na interiorana Fazenda-Velha que Cornélio coleta os causos, mentiras e anedotas que compõem seu repertório. Em *Conversas ao Pé-do-fogo*, temos a construção narrativa da cenografia desse espaço. Impermeável ao tempo, a Fazenda-Velha foi um antigo engenho de cana, seu casarão antigo é reduto dos velhos costumes e sua rusticidade remete à tempos de outrora. Na sala se encontra o “lugar do fogo”, ponto de reunião e socialização da gente da roça.

O proprietário desse velho sítio é um caipira branco, conhecido por Nho Tomé, que vive ali na companhia de pretos e mestiços que serviam o antigo proprietário, parente falecido deste.



Cornélio Pires é seu hóspede, participando como ouvinte das reuniões na sala ao pé-do-fogo. A narrativa *Em Conversas ao Pé-do-Fogo* desenvolve-se em torno dos causos e histórias contados por Nho Tomé, em frente ao fogareiro, tendo como coadjuvantes a negra Polycena e o Joaquim Bentinho, um ilustre personagem cornelianiano. Assim o autor descreve seu anfitrião:

E' elle o Nho Tomé, muito alto, magruço, barba branca embramada, bigodes côm de sarro de cigarro de palha, cigarro que não lhe sae da bocca, bocca em que só se vê um dentão amarello, o canino.

E' feliz e pachorrento; socegado, bôa memoria, meio fantasista, meio mentiroso, mais credulo que mentiroso.

Elle é o unico branco da casa: os outros são pretos e lá de vez em quando uma das crioulas apparece embarrigada, soltando um mulatinho. Vae clareando a raça...(1987, pág. 42)

Deste contexto é que saem os causos e anedotas que Cornélio coleta para suas obras como testemunha auricular. Esse é o mesmo cenário em que ele desenvolve também dois de seus principais livros *As estrambóticas Aventuras do Joaquim Bentinho* e *As Continuações das Estrambóticas Aventuras de Joaquim Bentinho*, ambos protagonizados pelo caboclo Joaquim Bentinho, apelidado de Queima-Campo, sendo compilações de causos e mentiras deste sobre diversos aspectos do cotidiano caipira.

Nas diversas ocasiões em que contava os causos, Cornélio incorporava esse personagem - Joaquim Bentinho, reproduzindo sua forma de falar, constituindo uma narrativa na qual as situações e as questões eram colocadas remetendo às práticas no meio rural, marcadas pela simplicidade e criatividade de causos surpreendentes. O caipira era representado de forma contrastante em algumas situações como ingênuo, autêntico, sábio; em outras, como astuto, mentiroso, hábil, através de ações que visavam envolver e divertir, possibilitando apropriações e reconstruções do receptor/leitor/ouvinte. (FERREIRA e SANTOS DE MATOS, 2019, pág.200)

Elis Gomes Castanho (2009) chama atenção para a construção discursiva do *ethos* de Cornélio Pires na escrita de seus causos. Em obras como *Conversas ao Pé-do-Fogo* e *As Estrambóticas Aventuras do Joaquim Bentinho*, o uso de dêiticos é notório na construção cenográfica de suas narrações descritivas. Esses elementos ajudam a manter a distância entre o narrador-personagem, como um observador letrado, daqueles que perfazem o universo caipira-marcado pela oralidade. O discurso desses causos trás, portanto, enquanto enunciado do narrador, a norma culta que se espera do autor letrado, porém, dialogando com representações da cultura oral de seus interlocutores caipiras.

Essa variante transcrita da oralidade é apresentada sem concessões nas falas dos personagens caipiras, sendo esse recurso também utilizado nas falas dos imigrantes (italianos, sírios-libaneses e portugueses), sugerindo a conotação caricatural de representações estereotipadas. Quando a variante caipira, com suas figuras de linguagem e vocábulos, se faz presente no enunciado do narrador, sempre as acompanham elementos de distinção como pontuações ou o uso do itálico:

E a noite desce. Eis-nos, emfim, reunidos ao pé do fogo, contando historias de assombrações e casos de alma do outro mundo, ou narrando episodios e casos engraçados da vida roceira, entremados de *hun-huns* de negros velhos e negras cadeirudas e pimponas, e *chiis* de caboclos vizinhos, que vêm “bater taquara” até tarde ou “filar prosa” do moço da cidade que sabe coisas “cumo quê...” (PIRES, 1985, pág. 84)

A diferenciação entre a norma culta da época e as expressões coloquiais, à priori, parece apenas uma estilização gramatical, porém revela o distanciamento entre Cornélio e seus interlocutores, reproduzindo em seu *ethos* discursivo a predominância valorativa da cultura letrada da cidade sobre a oralidade da roça. Esses dêiticos, presentes na construção narrativa, exprimem, por meio da linguagem, a relação de poder entre agentes de espaços sociais distintos.

O narrador-personagem é um observador privilegiado, estranho ao meio, recurso que autoriza o pitoresco, fortemente marcado na oposição entre a expressão linguística do cidadão, simples, mas apoiada na norma culta, e a expressão dos caipiras, vincada por traços dialetais. (LEITE, 1996, pág. 127)

Como salienta Castanho, os pronomes de tratamento evidenciam a condição do autor como um agente de fora do círculo social dos caipiras retratados:

Por seu turno, o caipira vê no homem da cidade um sujeito mais novo com quem interage, fazendo uso de formas adequadas à interação com mais novos, não importando a titulação que o outro possa ter, diferenciando-se do tratamento aos demais caipiras pelo uso das formas *vacê* e *vancê*. O *ethos* mostrado pelos dêiticos nos leva a presumir certo distanciamento do homem da cidade por ele não pertencer à comunidade rural e estar ali na condição de visitante. (2009, pág. 120)

A lógica discursiva de distinção entre Cornélio Pires e suas representações da linguagem caipira são evidentes em toda sua obra, queira literária ou fonográfica, reforçando sempre a clara diferença entre seu *habitus* cidadão e o pitoresco de suas performances e personagens. Embora o próprio autor reconheça-se como caipira, isso se deve muito mais às suas origens camponesas do que a uma legítima identificação como integrante dessa cultura.

Mas afinal, o que é o caipira?



São os filhos das nossas brenhas, de nossos campos, de nossas montanhas e dos uberrimos valles de nossos piscosos, caudalosos, encachoeirados e innumeraveis rios, “acostellados” de milhares de ribeirões e riachos.

Nascidos fóra das cidades, criados em plena natureza, infelizmente tolhidos pelo analfabetismo, agem mais pelo coração que pela cabeça. Timidos e desconfiados ao entrar em contacto com os habitantes da cidade, no seu meio são expansivos e alegres, folgazões e francos; mais francos e folgazões que nós outros, os da cidade. (PIRES, 1987, pág. 05)

O excerto supracitado é a descrição que Cornélio Pires apresenta a respeito do tipo caipira. Em suma, é o homem dos interiores, criado num ambiente idílico e natural que lhe preservou a franqueza dos hábitos, mas que lhe relegou ao analfabetismo. Ambiguidade que ao longo da narrativa é delineada como mutável, pois nos dizeres do autor o “caipira é um forte.” Se o sertanejo euclidiano é caracterizado pelo binômio apatia-ação, assim o é o caipira corneliano, de modo que seus estigmas como vadio e indolente são condições momentâneas, de um tipo trabalhador e astuto.

De rara intelligencia - não vae nisto exagero - são, incontestavelmente, mais argutos, mais finos que os camponezes estrangeiros. Compreendem e apreendem com maior facilidade; facto, aliás, observado por estrangeiros que com elles têm tido occasião de privar.

É facto: o caipira puxador de enxada, com a maior facilidade se transforma em carpinteiro, ferreiro, adomador, tecedor de taquaras e guembê, ou constructor de pontes. Basta-lhe “uma só” explicação bem clara; elle responderá:

- Se os ôtro fáis...proque não hi de fazê!...Não agaranto munto, mais vô exprementá. (1987, pág. 06)

Cornélio parece compartilhar daquele fervor ilusório e ufanista que Romero denuncia como um dos males da cidade. O contista tietense enfatiza, sobretudo, a superioridade do caipira frente à seus congêneres estrangeiros, talvez objetivando realçar as qualidades do tipo a quem a genealogia paulista é atribuída. Contudo, o mais eloquente em sua prática discursiva é a autoridade que transmite como emissor do “caipira real”, sensibilidade legitimada pelo contato direto com o tipo nacional, desmistificando a campanha difamatória popularizada pelo Jeca Tatu de Monteiro Lobato.

Comparando o trabalhador nacional com o imigrante, Cornélio toma partido na defesa do primeiro. Denuncia a exploração e a desvalorização na qual o trabalhador nacional está submetido, sendo vitimado pelos fazendeiros que oferecem melhores condições trabalhistas



aos imigrantes no campo. O desamparo do caipira seria um dos motivos do desânimo e da apatia que o acometem:

O trabalhador estrangeiro tem suas cadernetas, seus contractos de trabalho, a defesa do “Patronato Agrícola” e seus consules...Trabalha recebe dinheiro. Ao nacional, com raras exceções o patrão paga mal e em vales com valor em determinadas casas, onde os preços são absurdos e os pesos arrobalhados; nesse caso o caipira não tem direito a reclamações nem pechinchices, está comprando fiado... com o seu dinheiro, o fructo do seu suor, transformado em pedaço de caderneta velha rabiscado a lapis (1987, pág. 06-07).

Ademais, a tônica de seu discurso, embora se esforce em refutar a visão propagandeada pela sátira do Jeca Tatu, tem muitos pontos de convergência com as representações de Lobato, de modo que, Cornélio indiretamente acusa-o de ter retratado apenas uma parte dos caipiras, que injustamente foi tomada pelo todo. Monteiro Lobato, portanto, não teria incorrido numa representação falsa do caipira, e sim, por ignorância no assunto, não percebeu toda a diversidade tipológica do homem rural. Cornélio, testemunha direta, delineia criteriosamente essas especificidades.

Distingue quatro tipos de caipira no interior paulista: o caboclo, o branco, o negro e o mulato. Essas variações são intuitivas, e referem-se, sobretudo, a adequação aos estigmas éticos e raciais da época. Num período dominado pela validade científica do darwinismo social e da etnometria, abundam explicações mesológicas e o uso de psicologismo para a compreensão de fenômenos como a heterogeneidade étnica brasileira, como já se apresentou em Euclides da Cunha e Sílvio Romero.

Cornélio busca compreender a diversidade de tipos na roça à luz do cientificismo canhestro praticado pela elite intelectual cidadina, porém representa os tipos caipiras sem se ater à rigor aos determinismos dessa teses, espontaneamente formulando muito mais uma definição comportamental desses tipos do que propriamente uma acepção “racial” determinante, em alguns pontos evidenciando fatores sociais como explicações causais para as variações ético-comportamentais apresentadas.

A descrição do caipira caboclo é quase uma continuação do Jeca Tatu de Urupês, são agregados, *mumbavas*, descendentes dos índios catequizados com algum grau de miscigenação com o branco. Criam seus filhos ao “Deus dará”, numa casa de sapé imunda e miserável, vestindo trajes repelentes, e quando decidem trabalhar...[...] satisfazem com qualquer cousa: uns pés de couve, uma rocinha de mandioca, três pés de cebolla de cheiro, batatas, aboboras



e...a serralha [que] dá por si...(PIRES, 1987, pág.22). O restante do que precisam emprestam do patrão ou mendigam pela vizinhança.

O interessante é que apesar dos postulados raciais, que o tornam o menos poderoso dos homens, sua condição é referenciada também como um problema de ordem pública, ratificado pelo descaso dos governos, sendo o caboclo uma vítima:

Coitado do meu patricio! Apesar dos governos os outros caipiras se vão indireitando á custa do proprio esforço, ignorantes de noções de hygiene... Só elle, o caboclo, ficou *mumbava*, sujo e ruim! Elle não tem culpa...Elle nada sabe.
Mas, graças a Deus, parece que esse typo vae desaparecer (PIRES, 1987, pág.25).

Em Cornélio, os pressupostos comportamentais não estão inteiramente sujeitos aos fatores raciais, como se vê de forma mais enfática em Lobato. Quando o autor tietense menciona o inerente desaparecimento do tipo caboclo, não se refere diretamente à “raça”, e sim à mudança comportamental das novas gerações que se atraem pela cidade e pela farda, rendendo-se à civilização, demonstrando, sobretudo, que o caboclo pode ser também “inteligente, fortissimo - por natureza ou por milagre - e agil como poucos”. (1987, pág.26) Para a redenção desse tipo, propõe duas coisas que devem ser tomadas a sério: “a escola e a obrigatoriedade do ensino...mas de verdade”(Ibid).

O caipira branco, por sua vez, é a melhor estirpe. Aqui se nota também uma prevalência de modelos ético-comportamentais sobre determinismos raciais. O caipira branco é o meia mescla, “podendo ser alvos, morenos ou trigueiros...São brancos” (PIRES, 1987, pág.11). O que os define é, sobretudo, o fato de serem proprietários. São limpos e asseados, e pouco dados à cachaça. Respeitado pelos caboclos e pelos pretos, esse tipo é descendente dos primeiros povoadores brancos das bandeiras, sendo capaz de “destrinçar a genealogia da fammilia até o trisavô, confirmando pelo procedimento o nome e a boa fama dos seus genitores e progenitores.” (Ibid, pág. 11)

São esses os caipiras reclamadores de escolas. Seus filhos, engarupados no pangaré, frequentam aulas na cidade a uma e mais leguas de distancia, quando não ha escola no bairro (...) Se os filhos são analphabetos, em compensação são gentis e educados.(Ibid, 1987, pág.12-13)

O caipira preto é permeado pela mesma metamorfose geracional do caboclo. O preto velho, vitima da escravidão, conserva os traços singelos e humildes como o trabalhador de outrora, estando pobre e miserável mesmo após ter “innundado as fazendas de brasileiros



patricios seus - de cannaviaes, algodoaes e cafezáes, enchendo-os de dinheiro, desse ouro abundante e bom!”(PIRES, 1987, pág. 27). Nas grandes cidades são marginais, disputando aos cães as latas de lixo, privados da mendicância e esmolagem pela polícia.

Que é o negro velho?

Um farrapo de gente... é um bagaço da vida!E’ um hospital de doenças! Tem os pés inxados e rachados pelas frieiras, pelos espinhos, pela erisipela, pela elephantiasis.. O seu peito ronca e rinje cheio de asthma !(*Ibid*, pág. 28)

Contudo, o caipira preto mais jovem reagiu e constitui-se como “o melhor braço da nossa lavoura e dos serviços de “estiva” no litoral”. (*Ibid*, pág.29) Sua casa é limpa, possui em seu roçado gêneros de mercado como a cana, café e cereais, e é religioso. Seu grande mal é o fraco pela cachaça que lhe deixa tuberculoso. É trabalhador e digno, suplantando o branco em seu patriotismo, “orgulhosos do nome do Brasil”. (*Ibid*, pág.31) Batuqueiro e sambador, em contato com o italiano melhorou como trabalhador, sendo um tipo cavalheiresco e gentil possui “a estranha sympathia da italiana”(*Ibid*).

O caipira mulato é o ápice moral dos tipos. Oriundo do cruzamento entre o preto e o branco, é o mulato o “[...] mais vigoroso, altivo, o mais independente e o mais patriota dos brasileiros”(*Ibid*, pág.33) Nem sempre é proprietário, mas é orgulhoso, buscando sempre se distinguir pelas suas ações, visto estar numa posição intermediária, repelindo o preto e “[...] luctando contra a prevenção do branco e fugindo” (*Ibid*). Galanteador e apreciador de sambas, tratando os negros com superioridade, mas com carinho, com quem não se misturam, são ótimos empregados e camaradas, desde e que não sejam menosprezados.

As suas mães, pretas, tratam-n’o com tanto mimo, com tanto carinho, por serem mais claros, que elles se tornam um tanto desprezadores de seus genitores maternos. (...) Aparece agora no nosso Estado um novo typo de caipira mulato, robusto e talentoso, destacando-se, após ligeiros estudos, nos grandes centros, tratavel e sympathico: - é o mestiço do italiano com a mulata ou do preto tão estimado por algumas italianas.” (*Ibid*, pág.34-35)

Assim interpreta Cornélio Pires as “raças” que constituem os diferentes tipos de caipira encontrados na roça paulista. Percebe-se nitidamente uma hierarquia não apenas racial, mas também ético-moral, calcada nos pressupostos que aproximam cada variante dos princípios civilizacionais da *cittadine*. Estando o caipira branco melhor situado na construção discursiva, não por critérios raciais, mas sobretudo pelo estabelecimento de padrões comportamentais,



sendo o branco, independente do grau de miscigenação, o proprietário rico ou pobre, razoavelmente escolarizado. Esse é o eleitor da República Velha.

Essas caracterizações tipológicas seguem como um padrão contínuo em todas as representações que Cornélio faz do caipira em sua carreira. É evidente, porém, que seu *habitus* citadino comporta uma ambiguidade em seu *ethos* discursivo. Por um lado, a construção de seu caipira, não apenas como um grupo mas também dotado de particularidades, visa estimular uma visão mais solidária ao homem rural, substituindo a abstração satírica pelo real, delineando-o como pitoresco, mas também “como sujeito, que detém e cultiva um saber e carrega uma identidade característica.”(LEITE, 1996, pág.135)

Porém, ao mesmo tempo, a representação do caipira é sempre uma contraposição ao espaço urbano, tanto em seu sentido anedótico como em seus elementos caricaturais.

Prevalecendo o intento humorístico sobre a missão redentora, como realça Naxara:

Apesar dos traços enunciados, Cornélio Pires, além de recusar e denunciar a imagem básica do caipira preguiçoso, abre um leque para uma diversidade de tipos e indivíduos no meio rural brasileiro, em especial paulista. Não sem uma certa ambiguidade pois, ao mesmo tempo em que ele inicia com uma proposta de valorização do caipira pela sua cultura e desfila vários personagens de caipiras trabalhadores, ligados à terra ou trabalhando como empreiteiros (paralelamente aos caipiras preguiçosos, vadios, malandros, etc), ele contrapõe, muitas vezes, o caipira ao citadino pelo modo de vestir, falar, portar-se. Nesse embate prevalece a representação depreciadora do caipira, já que a referência cultural é a cidade, o caipira sendo visto de fora e através de um dialeto que o caricaturiza, de uma forma grotesca”(1991, pág..186-187).

O *habitus* citadino que o define não denota, necessariamente, uma oposição entre o espaço urbano e o rural. Pelo contrário, a cidade exerce um magnetismo crescente sobre o campo, atraindo-o para seu esquema modernizante, como um epicentro integrador, condicionando a abertura da zona rural ao mercado e à “civilização”. Esse processo, no entanto, dentro do ideário discursivo de Cornélio, imerso simbolicamente no liberalismo-democrático, também significa a condenação ao desaparecimento do modo de vida caipira. De modo que, suas representações objetivam oferecer soluções para essa questão, como destaca Leite:

O objetivo do ensaísta é procurar causas e soluções, ainda que ingênuas, paternalistas, certamente motivadas pelo ideário do liberalismo, tão forte na década de 1910, com a campanha higienista, a defesa da alfabetização em massa, a apologia da educação e da saúde pública como soluções para os males sociais, a bandeira da moralização da política etc.(1996, pág..123)



Porém, as apreciações cornelianas apegam-se a um modelo de civilização linear, universal e evolutivo, qualificando as virtudes e defeitos do caipira sob uma perspectiva utilitária, tomando por parâmetro as demandas da vida moderna. Tudo que se afasta disso tende a ser superado pelo advento do progresso. Cornélio percebe a cultura popular rural, com carinho, mas sem reconhecer sua validade enquanto cultura, ocupando-se em pescar nos modos pitorescos do caipira elementos úteis à construção de um Brasil moderno, “salvando” o tipo nacional da ignorância que o aflige. Eis sua missão redentora.

4.3 O CAIPIRA FRENTE A CIVILIZAÇÃO: UM DRAMA SOCIAL

A evolução da sociedade vem atender as demandas do progresso, situando o Brasil na modernidade. Contudo, se no discurso de Cornélio Pires é perceptível um certo ufanismo com relação às virtudes do brasileiro e de sua terra, há nos novos ares da modernidade um entendimento dúbio, sendo a cidade o paradigma de civilidade, mas não raro, também o espaço das vigarices, da ganância e da falsidade. O “Brasil de ontem” resgatado em suas obras é uma fuga dessa “Babel” que se tornou a caótica São Paulo. O interior do estado oferece-se como um contraponto personificado nas paisagens idílicas do mundo da roça e na simplicidade ingênua e sincera da hospitalidade do caipira.

Atazanada pelos rúidos, rumores, chiados, roncões, apitos, ribombos, estrondos, explosões de motores, de todas as origens, businadas em todos os tons, repicadas impertinentes de tímpanos de bondes, ruidosos "jazz-bands" infernaes, impingindo rúidos por harmonia, e gritos em reclamos e protestos em todas as línguas, na Babel amalucada que é hoje S. Paulo, a minha alma caipira, envolvida no torvelinho desse rodopiar extenuante que nos faz atravessar atordoamente a vida, sem perceber-a bem nos leva, de atropello em atropello, á velhice, teve saudade, uma enorme saudade, uma profunda, amarga e acabrunhante saudade de um ambiente ainda Brasil-de-hontem, um Brasil de banguês e carros de bois. [...]
Fui para a casa, arrumei as malas e rumei saudosos para a "FAZENDA VELHA".(PIRES, 1929, pág. 09-11)

Aquele arcabouço ético usado intuitivamente para caracterizar o tipo caipira, é também ressignificado ao julgá-lo à luz dos vícios da vida urbana. O caipira é alegre e folgazão, mas também um excelente trabalhador, sobretudo, modesto e tímido com a “gente de fora”. Mas basta sentir que está sendo menosprezado e sua dignidade inflama-se, colocando em prática sua astúcia, que supera a dos cidadãos e estrangeiros.

No conto “Quiáquiáquiá” o caipira Juquita vai à São Paulo, e a princípio sofre um golpe de um vigarista. Com sabedoria e honestidade, consegue dar o troco, superando o vigarista na



esperteza. Neste caso o caipira se sobrepõe à vigarice através da astúcia, aprendendo rápido sobre os perigos da cidade grande. Em anedota publicada na Revista O Sacy, somos apresentados a pai e filho caipiras (Jéca Pae e Jéca Filho), que passeiam de bonde pela cidade admirando a paisagem, até o pai perceber que seu jeito está sendo motivo de “vióla” (piada) dos outros passageiros:

O caipira, quando percebe que está servindo de vióla, de divertimento, especialmente quando é caipira "sahido", aproveita a ocasião para troçar.

Seguíam de bonde pela Avenida, Jéca Pae e Jéca Filho. Este, aprecianso os palacetes, disseo ao velho:

-Pae... Se mecê vendê o sitio mecê compra ua casa bunita dessas p'ra nós morá?

- Compro, meu fio; e se o Coroné chegá mais 50 conto pro sitio, nós vem simbóra.

- Pae... Se nós comprá ua casa ansim é percizo pissui un tomóve...

O pessoal do bonde gozava, quando o caipira, em ar de troça, respondeu ao filho: - Tomóve, o quebobo! Puis nós semo um deluvio de gente! Um tomóve n'um dá pr'a nada...Pra podê bardeá a familia intêra, nois compra um bonde, logo de ua vêis! (pág. 20.ed. 2 O Sacy)

A troça ou mentira elaborada por Jeca-pai vem resgatar a dignidade para si e seu filho, frente ao menosprezo dos demais passageiros. Assim como nas inúmeras mentiras do ilustre Joaquim Bentinho, reina aí um jogo de espírito evidenciando uma sabedoria e dignidade intrínsecos ao Brasil de outrora e seus “brasileirismos”. Esse caipira astucioso, modesto em sua ignorância, mas, sobretudo, digno e honrado, é reflexo da superioridade moral do tipo nacional.

No entanto, com a modernização do campo esse tipo vai escasseando, dando espaço para os imigrantes e a ferrovia, expandindo-se também a urbanização, juntamente com todas as máculas que ocasionam a fuga de Cornélio para a roça em busca de sossego. O valoroso caipira vai rendendo-se a civilização, e o Brasil de ontem desaparece com seus vícios e virtudes. O advento da modernidade, é também um drama social.

(...) Disque agora vão pô trio,
e vae chegá o vapô, fazenu
u'a stropellia...
Credo in cruís, Nosso Sinhô
O porguesso aqui no bairro,
tudo dezassucegô.

O porguesso trais baruiu; o extranho tóma o que fô... co tomove num
custumo, nem custumo co vapô... vô arrumá o meu bahu, pro sertão eu já me
vô. (Sacrificados, Meu Samburá, PIREs, 1928, pág. 138)

Essa transformação do espaço rural, corresponde ao fim gradual do meio em que Cornélio passou sua infância, dos caipiras de quem perscrutou suas histórias e da vida pacata



que escolheu como remanso. A iminência do progresso gera a melancolia da perda de um Brasil que não voltará. É a superação da infância da pátria para seu necessário amadurecimento, daí a importância de registrar os costumes caipiras, sendo esses a melhor representação mnemônica do brasileiro “rústico”. Contrariando o ideário daqueles que desqualificam o “tipo nacional” como inábil ao progresso, Cornélio propõe sua integração, divulgando em seu trabalho as características que tornam o caipira o mais apto para a civilização. Vejamos.

Em seus ensaios, Cornélio Pires qualifica o caipira como um agente do progresso, embora ainda esteja à margem dele. Parece dialogar com os declamadores da superioridade da mão-de-obra estrangeira, refutando-os ao afirmar que, conquanto o imigrante ajude na produção da riqueza nacional, seu número ainda é pequeno, de modo que, a base da economia no país depende do “[...] caipira lavrador ou campeiro, nos seus pastoreios pelas claras e monótonas solidões das verdejantes campinas sertanejas.” (1987, pág. 04) Sendo o brasileiro o mais adaptado ao meio. Como afirma no trecho, parafraseando Euclides da Cunha:

Só o brasileiro é capaz de desbravar os nossos sertões - e para tanto é preciso ser um “forte” - e cultivar as fertilíssimas terras, carregando em lombo de burro os productos de suas colheitas para o mercado, para as “pontas de linha”, não se deixando vencer pela falta de estradas.

O caipira é um obscuro e é um forte!(*Ibid*)

Posto isso, não surpreende a eloquente denúncia que faz ao mencionar a desigualdade de condições trabalhistas entre o estrangeiro, beneficiado com contrato de trabalho, com salário e protegido pelo Patronato Agrícola, enquanto que o caipira raramente recebe salário, comprando sempre à fiado nas vendas do patrão, negócio que lhe deixa endividado e dependente do coronel. E para aqueles que desbravam os sertões, Cornélio prega uma mudança de atitude, clamando para que os caipiras abram seus olhos:

Persistindo no systema de prégar praticamente, entre roceiros, coisas uteis á Patria, metti-me na conversa. [Cornélio] - Olhem: vocês que vivem em “suas” terras, devido á facilidade da vida no Brasil, não enxergam onde e como ganhar dinheiro...

[Roceiro] - Isso é...Os intaliano, sim, são quatro pau de ambicionero..interrompeu o Tuliano.

[Cornélio] - Vocês procuram destruir as matas e capoeiras, fazem o serviço mais difficil que é desbravar a terra; plantam meia duzias de vezes, ou nem isso, e largam o terreno justamente quando a cultura é mais facil; a pretesto de que a terra está “safada”, cansada, vendem-na barato, no melhor “ponto” para o trabalho



italiano, que já a encontra preparada até para o arado...1985, (pág. 104)

Essa conversa entre Cornélio Pires e os roceiros, é o trecho que antecede a intervenção de Joaquim Bentinho para contar mais uma de suas mentiras num *causo* anedótico. Esse ímpeto conscientizador, tanto em seu ensaio, como na narrativa do *causo*, orbita em dois pontos: a exploração do “nacional” pelos fazendeiros; e a ignorância e baixa auto-estima dos roceiros que não percebem a utilidade que podem ter para a pátria. Nos dois cenários eles são vítimas, no primeiro do patronado rural e no segundo da própria ignorância.

Há uma correspondência com Monteiro Lobato quando Cornélio menciona as “facilidades da vida no Brasil”, dando a entender que os caipiras não empreendem porque a terra tudo dá, acepção parecida com a utilizada para satirizar a apatia do Jeca em Urupês. De modo que, o que fica candente é que o caipira precisa acordar para a modernidade, visto que já exerce a função mais inóspita, desbravando o sertão brasileiro, mas não colhe os dividendos de seu trabalho, contentando-se com pouco, deixando a terra ao italiano que se ocupa em empreender.

A proposta de Cornélio Pires para a integração da população rural na civilização congrega conceitos alicerçados no ideal de utilidade à pátria. Evidencia, portanto, a consciência de uma sociedade em transformação, e tendo isso em vista, advoga pelo resgate do caipira como uma missão de redenção moral. Esse tipo, porém, deve abdicar de seu estilo de vida “rústico” e “atrasado” e ser salvo de sua própria ignorância para conquistar inserção na cidadania brasileira. O discurso de Cornélio enfatiza duas prerrogativas inclusivas para o tipo nacional: o trabalho e o ensino público.

O trabalho está correlacionado à noção de propriedade, de modo que, os caipiras “[...] têm crises de desânimo quando não trabalham em suas terras e são forçados a trabalhar como *camaradas*, a jornal”(PIRES, 1987, pág. 06). O sitiante, na leitura corneliana, surge como o tipo ideal no espaço rural, e seu ímpeto para o trabalho em suas terras é constatado pelo “[...] seu crédito nas lojas e vendas [...]”(Ibid, pág. 07), denotando um caipira mais parcimonioso com seus gastos. Mas só a posse da terra não basta, continuando seu diálogo com os roceiros, Cornélio evidencia uma necessária mudança de postura:

- Destruam as pragas, limpem suas casas, barreiem-nas de novo, façam latrinas, porque o bichinho do amarellão entra pelos pés, e como vocês “armam laço” nos arredores da casa, a chuva semeia os bichinhos, lombriguinhas, nos arredores da casa...(...)



- Aproveitem o que o sítio póde dar. Olhem aquella baixada barrenta e aquella espigão de terra boa. Plantem milho, mandioca, abobora, batata doce, criem porcos... plantem algodão...”. (1985, pág. 104-105)

Percebe-se nessa passagem didática uma forte preocupação sanitaria com a condição desses caipiras, o que reforça o discurso paternalista de que são vítimas da própria ignorância. A sugestão de aproveitamento da lavoura, explorando a policultura, incita o espírito empreendedor, demonstrando aos “nacionais” como o trabalho na terra pode ser útil à pátria. Sua proposta é clara, integrar o caipira à economia de mercado aproveitando ao máximo as férteis terras brasileiras. Os valores morais para o empreendedorismo podem ser aprendidos com o italiano e o sitiante Juquita é exemplo disso:

Juquita é o typo do “novo-fazendeiro que nada perde, de tudo tirando proveito: além de cafezaes “pissúe” alguns quarteis de canna, alqueires de algodão, cereaes e até grande colmeal. Não segue mau o exemplo dos “antigos” que dos seus proprios colonos compravam o toicinho ou a cebolla, as gallinhas e ovos...O nacional aprendeu com os italianos, do centro e da alta Itália, como se trabalha e como se guarda dinheiro.” (PIRES, 1987, pág. 64)

Pires vê no latifúndio um modelo obsoleto, ao promover as qualidades da pequena propriedade, faz alusão a explicação de Nhô Joaquim sobre o caso de um velho cafezal de terra esgotada que foi subdividido em lotes depois da compra de alguns alqueires por um “sóbrio” colono italiano. Nesta passagem, outros trabalhadores seguiram o exemplo do italiano, e a grande e improdutiva fazenda valorizou-se com o empreendedorismo desses novos sítiantes, como destacado no trecho:

E aquillo que o commodista fazendeiro (felizmente de outros tempos), vendeu a 200 e 300\$000 o alqueire, vale hoje dois e tres contos de réis. Tudo se valoriza. E a propriedade de *um* que vivia fóra do município, passa a pertencer a cem, que trabalham e prosperam, morando, produzindo e criando novos brasileiros nesses pontos do paiz, enriquecendo-se e á Patria de seus filhos (PIRES, 1985, pág. 94)

A Primeira Guerra Mundial ocasionou o primeiro surto de industrialização em São Paulo, o que acelerou o processo de urbanização e potencializou o advento das estruturas capitalistas. O período de Cornélio é marcado por uma forte assimilação dos pressupostos ético-morais do liberalismo capitalista confundido invariavelmente com os ideais de progresso. É impossível não traçar a correspondência entre a construção discursiva corneliana e a criação do Jeca Tatuzinho em 1924, por Monteiro Lobato. Ideologicamente são propostas similares, que abarcam a superação da “ignorância” do tipo nacional substituindo-a pelo *self made man* à brasileira.



Ainda que ignorante, o caipira corneliano é dotado de uma simplória perspicácia, o que leva o autor a incentivar o civismo entre os roceiros com quem dialoga:

Num acesso de sonho e de ingenuidade, julguei que seria possível o reerguimento do brio e da vergonha política do Brasil, alistando quanto mais eleitores ignorantes ou não e tratei de lançar a ideia entre os roceiros.

[Cornélio] - Vocês precisam se alistar; precisamos metter o peito na política... Quem sabe se lavradores e operarios unidos não endireitariam esta Republica de bachareis....

[Roceiro 1] - Quá...Num deanta sê votante...

[Roceiro 2] - Só serve prá quem qué ganhá...

[Roceiro 3] - Depois, a gente se apura: vae votá cum, otro zanga...Num paga a pena ranjá nimigo.... (1985, pág. 136)

Nesse diálogo é possível salientar dois aspectos, o primeiro é o descontentamento de Cornélio com a situação política do país, que vivia grande instabilidade com as revoltas tenentistas (CASTANHO, pág. 115). O segundo aspecto é referente ao posicionamento dos interlocutores caipiras, a representação reforça a apatia política conferida ao Jeca Tatu, subentendendo a dependência das relações clientelistas rurais e do pessimismo indouto desses roceiros. Num primeiro momento, a falta de civismo do caipira é exemplificada por uma aparente mentalidade “atrasada”. Porém, Joaquim Bentinho intervêm na conversa:

[Joaquim Bentinho] - Negocio de governo, prá mim, é a mesma coisa que criação de porco!

[Cornélio] - Ora... o senhor é pessimista...

[Joaquim Bentinho] - Isso que mecê falou eu num sei o que é: mas isso eu num sô! Puis vacê veja: - vacê recóie um capado magro no chiquero; pincha um jacá de mio de minhã; otro jacá de mio no meio do dia; vai simhora; otro na bocca da noite; de minhan cedo tá puido? o chão, tá limpo...

O porco vae cumeno, vae cumeno, e vae ingordano, ingordano, inté num podê mais, de gordo: oreia caída, zóio impapuçado, buchecão estufado...Tá gordo; qué só durmi, roncá...Vancê pincha ua espiguinha de mio cateto elle esprementa e larga; inda sobra mio na espiga pras gallinha pinicá...Já cumeu muito...tá gordo, tá infarado; parô de cumê...

Esse é o Imperadô...Incheu, parô de cumê...Mais coa Repurbica!...Mecê recoie um; ante desse um ingordá, sae entra otro..

Num hai mio que chegue...(1985, pág. 136-37)

A parábola de Nhô Joaquim, por mais que tenha um caráter anedótico, evidencia que o caipira possui também uma astuta consciência política, embora ela se afaste do patriotismo buscado por Cornélio. Os trechos supracitados, por mais ambíguos que sejam, demonstram que os roceiros, mesmo que presos nas relações clientelistas e indiferentes à situação política, possuem potencial para tornarem-se eleitores, diferente do que pressupunha Rui Barbosa.



Contudo, para que isso se concretize há a necessidade de orientar essa população para o civismo, a instrução pública é o caminho.

Aqueles que buscavam desqualificar as massas rurais apontavam para sua ausência de consciência nacional, sendo um cinturão misto de populações incultas e apátridas, incompatíveis com o progresso nacional. Contribuiu para reforçar esses estigmas o analfabetismo generalizado que afligia as zonas rurais, que para a satisfação de alguns e indignação de outros, afastava essas populações da participação política. A Constituição de 1891, que vigorou durante toda a República Velha, excluía os analfabetos e mendigos da participação e elegibilidade nas eleições :

Art 70 - São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º - Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais ou para as dos Estados:

1º) os mendigos;

2º) os analfabetos;

3º) as praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º) os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que importe a renúncia da liberdade Individual.

§ 2º - São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. (BRASIL, 1891)

De acordo com Ferraro e Kreidlow (2004), no censo de 1920 cerca de 71, 2% da população do Brasil era composta por analfabetos. Embora chamem a atenção para a evolução em relação aos censos anteriores (1872, 1890 e 1900), as taxas de analfabetismo assolavam a maior parte dos brasileiros, variando de forma desigual entre as regiões do país. O estado de São Paulo neste mesmo censo contava com 64,7% de analfabetos, ainda, portanto, totalizando a maioria da população, apesar da tendência nacional de queda do analfabetismo a partir desta década.

Isso evidencia que a maior parte dos brasileiros estava excluída das eleições republicanas, e mesmo levando em consideração dentre os não-analfabetos, havia uma grande quantidade de “letrados” que sabia apenas escrever o próprio nome, fator que tipificou os eleitores das zonas rurais submetidos ao coronelismo, caracterizado pelo “voto de cabresto”. Isso denota de certa maneira a ingenuidade de Cornélio ao propor que os roceiros se alistem para quem sabe “endireitar a República.”

Não obstante, na construção discursiva do autor tietense o problema é mais simples, e a ausência de participação das massas rurais é motivada pela ignorância, fator que pode ser



resolvido com a escola e o alistamento militar. Esses dois elementos assumem funções didáticas, sendo instrumentos do progresso. O alistamento militar, ainda que afaste os braços da lavoura, permite que os jovens caboclos aprendam sobre a nação, prestando “[...] grande auxílio ao paiz, e se desenvolvem..(pág. 105). A escola, por sua vez, é a principal transformadora do *ethos* roceiro, porém deve ser obrigatória, ou seja, imposta aos caipiras.

Nesse sentido o ensino assume uma função civilizadora, não essencialmente como um direito, mas como um dever nacional e cívico. Por exemplo, o conto escola escamungada... evidencia o poder transformador da escola, nele somos apresentados a um casal de jovens caipiras, Marica e Durvalino, que crescem juntos na roça, sendo suas famílias vizinhas de “grito”. Assim que vão crescendo seus pais entram em acordo para o futuro matrimônio dos dois, porém antes disso Marica, por ser ainda muito jovem, vai à cidade estudar na companhia da filha de seu padrinho.

Após quase dois anos, Durvalino junta dinheiro para visitar Marica na cidade, porém para sua surpresa ao encontrá-la percebe que estava muito mudada. Tornou-se uma moça “desenleada” e elegante, a caipirinha com quem cresceu havia desaparecido. Durvalino humilhado e trêmulo, entregou-lhe cambaleante seu presente, uma cestinha de jaboticabas:

[Durvalino] - Estas ua são daquella fruitera arta de perto do saguarajy, do seu gosto...Se alembra, Dona Marica?

[Marica] - Sim...Sempre me lembro do sitio...Quando volta?

[Durvalino] - Aminhã...Agora...

[Marica] - Desculpe-me...estou em hora de aula, sim?

[Durvalino] - Mais...

[Marica] - Olha..se não nos vermos mais, não se esqueça: - dê muitas saudades a mamãe e muito obrigada pelas fructas.

Durvalino saiu atordoado, louco de vergonha e de raiva.

E enquanto no refeitório Maria gargalhava entre as collegas, saltitante, bradando: “Recebi um presente de um caipira!”, Durvalino seguia desorientado, repetindo baixinho:

[Durvalino] - La se foi a Marica...Escola escamungada...(PIRES, 1987, pág. 104-105)

Na construção discursiva, mais uma vez, é perceptível a diferenciação entre a norma culta e a variante caipira no diálogo entre os interlocutores, refletindo o distanciamento entre o grau de instrução dos personagens. A escola é responsável por transformar a caipirinha Marica na galante e urbana Maria, denotando o contraste entre sua evolução, permeada pela assimilação da civilidade, e a estagnação e inferioridade de Durvalino, que seguiu sem estudo



e com seus hábitos roceiros. Maria ainda conserva saudade do sítio porém muito provavelmente não voltará para lá, ela não se identifica mais como caipira, sua vida agora é na cidade.

Desilusão semelhante acomete o pobre Lucídio no *causo* Sacrificados. O caipira perde sua amada Tudica para o Dr. Arnaldo, homem da cidade. Lucídio, porém, percebe que o problema está consigo mesmo e desabafa: “[...] O porgueisso me disgraciô, mais a curpa foi minha.. Se eu tivesse prendido a lê cumo o Arlindo, pudia sê um cidadão e Tudica não me abandonava...(PIRES, 1928, pág.268).” O didatismo desses *causos* vêm manifestar o ensinamento moral que é direcionado para seu público-alvo, o povo.

Nessas histórias a construção dos dêiticos salienta um conflito entre o binômio atraso-progresso, sendo o segundo a idealização daquilo que é desejável. O ensinamento moral subentende, portanto, que o modo de vida “atrasado” do caipira condena-o à humilhação e à inferioridade, porém, Cornélio paternalmente ameniza sua retórica, atribuindo a culpa ao caipira, mas sempre evidenciando que esse é também uma vítima, afinal nada sabe. O ensino obrigatório, portanto, reabilitará esse tipo, despertando o patriotismo que já está latente consigo e transformando-o num grande empreendedor, afinal as qualidades morais do “brasileiro são inigualáveis”.

A atualização ao progresso por meio do ensino visa, sobretudo, integrar o homem rural à consciência nacional, iniciando-o nos preceitos cívicos que congregam a identidade da pátria. A instrução lhe trará a civilidade necessária à vida moderna e a conquista de sua cidadania. No plano econômico, como sitiante, tende a ser integrado à economia de mercado, tornando-se o maior dos empreendedores, proporcionando a glória para o Brasil. Essa é a transformação que Cornélio tem em mente.

As demandas pressagiadas por Cornélio são fruto da assimilação de ideais liberais difundidas pelas sociedades industrializadas, que ampliaram a instrução pública obrigatória para as massas no início do séc. XX. Esse modelo escolar tinha como fundamentos a construção das identidades nacionais e o preparo para as novas exigências da industrialização. (NÓVOA, 209, pág. 2)

Esse processo cuidou de homogeneizar as massas através do ensino, esforçando-se na criação de uma língua nacional em comum e no estabelecimento de princípios estritos de civilidade e civismo. Contudo, foi um fabrico erudito, sendo uma imposição das camadas letradas sobre aquelas onde predominavam a oralidade, como salienta Hobsbawm:



O nacionalismo linguístico foi criação de pessoas que escreviam e liam, não de gente que falava. E as 'línguas nacionais', nas quais descobriram o caráter essencial das nações, eram com grande frequência artefatos, uma vez que deviam ser compiladas, padronizadas, homogeneizadas e modernizadas para uso contemporâneo e literário, extraídas que eram do quebra-cabeça dos dialetos locais e regionais que constituíam as línguas não-literárias realmente faladas (1988, pág.134).

O nacionalismo brasileiro bebeu dessas fontes, o que levou alguns modernistas a tentarem criar uma língua “brasileira”. Porém, o mais contundente é que o esquema nacionalista, embora tenha romanticamente resgatado os elementos “sui generes” do brasileiro, em busca de legitimidade nacional, não olvidou os postulados civilizatórios, descartando característica “nacionais” que se apresentavam em desacordo com os ideais de civilidade europeia, tendo em vista, sobretudo, a caminhada única e homogeneizante ao progresso.

A percepção de Cornélio Pires é, sobretudo, otimista. Vê na miscigenação um dado definidor do caráter brasileiro, sendo um fator de distinção e superioridade em relação a outros povos. Seu discurso é apaixonado e confere ao Brasil o mesmo patamar das nações industrializadas, na esperança de que o país venha ocupar um lugar de destaque na modernidade:

Discorrendo sobre o Brasil e a superioridade da intelligencia do brasileiro, producto do caldeamento das mais diversas raças, eu demonstrava aos caipiras que me rodeavam o facto de engenheiros nacionaes viverem dando quinãos seguidos em collegas estrangeiros. Frizava o facto das estradas de ferro de propriedade, construidas e dirigidas por brasileiros, serem superiores ás inglezas e francezas do Brasil...Expunha factos que elevavam os advogados nacionaes, grandes jurisconsultos...Citava a nossa posição na musica, na esculptura, na pintura, na literatura. Expuz casos extraordinarios da medicina nacional..Discorri sobre cirurgiões patricios que nada ficava a dever aos maiores cirurgiões do mundo (1985, pág. 97).

Contudo, existem temas recorrentes em suas obras que evidenciam que nem tudo está correndo como deveria. Há elementos nesse Brasil “idílico” que ainda se afastam dos princípios liberais-democratas que o vão alçar ao progresso. O domínio político-fundiário oligárquico, a persistência de relações servilistas no campo que inviabilizam a criação de um mercado de trabalho assalariado, a exclusão da maior parte da população nas eleições republicanas, o pauperismo...São aspectos renitentes que demonstram um certo desconforto em Pires, em vista da incompatibilidade desse cenário com a modernidade.



Cornélio como já enfatizado possui um *habitus* citadino e assimilou nesta monta aquele ufanismo progressista depreciado por Romero. Não apenas isso, a vida citadina também lhe proporcionou a interiorização da ética liberal-capitalista que norteou sua prática discursiva, alinhada às conjunturas modernizantes que se difundiam mais contundentemente pelo Brasil, através da ampliação dos espaços urbanos. Sua proposta política objetiva, sobretudo, impor, paternalmente, os valores do mundo moderno às populações caipiras, inserindo-as nos princípios cívicos necessários à edificação do Estado-nação brasileiro.

Sua abordagem é entendida no plano ideológico como uma luta simbólica de afirmação de um novo senso comum, pautado na racionalização capitalista e na nacionalização democrática. Não se trata, porém, de uma percepção deliberada, para Cornélio, entendido como agente social, a civilidade progressista é antes de tudo um estágio evolutivo auto-evidente na trajetória humana. De modo que, seu discurso vêm chancelar um novo poder simbólico em processo de institucionalização, nos ditames postulados por Bourdieu:

Primeiramente, como toda forma de discurso performativo, o poder simbólico deve estar fundado na posse de um capital simbólico. O poder de impor às outras mentes uma visão, antiga ou nova, das divisões sociais depende da autoridade social adquirida nas lutas anteriores. O capital simbólico é um crédito, é o poder atribuído àqueles que obtiveram reconhecimento: assim, o poder de constituição, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só poder ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo. (2004, pág.166)

Pires situou-se como representante do senso liberal de parte da classe erudita no Brasil, mesmo que sua modéstia o impedisse de se considerar digno de tal distinção. As denúncias que fez da condição da população brasileira abrem diálogo indireto com os ativismos malfadados de Nabuco e Rebouças, reproduzindo em alguns aspectos as mesmas demandas. Todavia, suas críticas ao poder público e às oligarquias latifundiárias também são rasas, e em seu construto discursivo persiste a ideia central de que o caipira é vítima da própria ignorância, o que no entender de Naxara reforça uma mentalidade conservadora de desqualificação do nacional:

Cornélio Pires mostrou um Brasil caipira que se encontrava em processo de transformação, incluindo em sua temática os novos personagens da sociedade brasileira constituídos pelos imigrantes. Nesse aspecto, sua visão tendeu a acentuar a desqualificação do nacional. (1991, pág.190)



O contexto de transformação e reorganização da sociedade brasileira, orientado pelas vanguardas liberal-modernizantes, acelera o desgaste das estruturas oligárquicas que assumiram o poder com a independência. As contradições no Brasil, frente às demandas progressistas do liberalismo euro-norte americano, legitimam a ascensão do capital simbólico liberal, que após 1930 assume o *establishment* nacional.

Isso não quer dizer, porém, que a Era Vargas, marcada pela ampliação do eleitorado e a consolidação de direitos trabalhistas, assimilou integralmente os pressupostos do liberalismo-democrático. As transformações que ocorrem denotam a crise da oligarquia cafeeira e a ascensão de outros grupos oligárquicos que, à priori, legitimam-se por meio de concessões às demandas liberais, porém sem alterar enfaticamente a estrutura social alicerçada no privilégio de classe. A expansão da instrução pública, nesse período de centralização do poder, intensifica a imposição, como violência simbólica, do civismo nacionalista, consolidando-artificialmente a coesão nacional.

Desta maneira, dadas as ressalvas que este trabalho evidenciou, a perspectiva intuitiva de Cornélio Pires, acerca das qualidades inigualáveis do tipo nacional, em sua superioridade moral e potencial inato, permeou a construção discursiva da edificação do nacionalismo brasileiro. Porém, as incessantes contradições estruturais, permeadas pela assimilação meramente programática das imposições simbólicas progressistas, persistindo a personalidade das relações de poder tradicionais, condenaram a consciência nacional à uma grave crise de identidade.

Frente à angustiante necessidade de legitimação perante os princípios da civilização, o brasileiro, em sua marcha teleológica para o progresso, viu-se afligido por uma identidade dúbia e incompleta. Sua consciência foi maculada por uma intensa variação de espírito, em certos momentos caracterizada pelo clamor ufanista, cômico de seu potencial e inteligência, em outros vitimada pelo “complexo de vira-lata”, humilhada pelas inconsistências que o distanciam das nações cultas. Mentalidade essa, que fez a construção da identidade brasileira, nos ditames civilizacionais do século XX, um verdadeiro drama social.

4.4 O LEGADO DE CORNÉLIO E O BRASIL DE HOJE.

Em sua carreira poliforme, Cornélio escreveu livros, conduziu espetáculos e gravou obras fonográficas e cinematográficas, todas com o sentido de resgatar e conservar a memória



dos costumes caipiras. Para posteridade, deixou a representação no imaginário coletivo do caipira como o tipo genuinamente brasileiro, sendo o limiar das tradições “brasílicas” e de suas virtudes morais. Com o advento da modernidade, buscou promover a superação do “atraso” que afligia essa gente, sempre enfatizando suas qualidades inigualáveis.

Atualmente, talvez seja mais referenciado como o precursor da música caipira, em seu empreendimento de adaptação dos cateretês e cururus naquilo que conhecemos comercialmente por moda de viola. A materialização de seu legado está presente no museu erigido em sua homenagem na cidade de Tietê. Ainda sim, o imaginário herdado das representações cornelianas está restrito à grupos entusiastas da cultura caipira, que a valorizam sob conjecturas de pertencimento e enraizamento regional, distante da mentalidade que orienta o senso comum.

Persiste no senso comum a conotação negativa que a expressão “caipira” carrega, indícios de que no imaginário coletivo as representações satíricas e anedóticas que caracterizaram o Jeca estão mais cristalizadas do que a visão promovida por Pires, do caipira como o tipo genuinamente nacional. Por exemplo, chamar um interiorano de São Paulo de “caipira” pode ser incorrer num insulto. A expressão segue denotando inabilidade urbana, timidez e estupidez, dependendo da forma como é utilizada.

De modo que, todo o trabalho etnográfico de Cornélio, embora dotado de valor inestimável, circunscreve o interesse de uma parcela diminuta de pesquisadores, violeiros e entusiastas das “tradições” brasileiras, tendo pouco apelo da população de um modo geral, que não se identifica como sendo caipira ou que busca afastar-se desse estigma. Especialmente porque essa expressão sempre foi utilizada pela perspectiva da cidade, ao depreciar os costumes rurais. E como vimos, apesar de idealizar o caipira, Cornélio Pires reforçou essa lógica propondo a imposição da civilidade moderna nas gentes do campo.

Resta saber, o progresso condenou o caipira ao desaparecimento em detrimento de sua substituição pelo cidadão brasileiro, nos ditames que supunha Pires?

Para responder essa pergunta é necessário debruçar-se sob algumas perspectivas sociológicas que buscam compreender esse fenômeno. Antonio Candido, por exemplo, analisa o tipo caipira, entendendo-o como um modo de vida, uma cultura tradicional. Essa cultura, por sua vez, teria se formado à margem das relações de produção latifundiárias, por sua ineficiência em adaptar-se às práticas exaustivas de trabalho nas plantações de cana e café, caracterizada pelo apego aos seus mecanismos de sobrevivência baseado em mínimos vitais (2010, pág.96).



Para Candido, essa cultura caipira, em princípio, abarcou todos os estratos sociais no espaço rural, porém o modelo agro-exportador escravista condicionou o abandono dos mais ricos às relações de cooperação, provocando um distanciamento cada vez mais sensível entre sítio e fazenda. A reorganização da zona rural, a partir desse modelo, foi marcada pela recusa das camadas inferiores em inserir-se nas relações de trabalho impostas aos escravos e, posteriormente, aos imigrantes, com o regime de colonato. Essa resistência e marginalidade propiciaram o equilíbrio que definiu sua cultura tradicional, como ressalta o autor:

Tendo conseguido elaborar formas de equilíbrio ecológico e social, o caipira se apegou a elas como expressão da sua própria razão de ser, enquanto tipo de cultura e sociabilidade. Daí o atraso que feriu a atenção de Saint-Hillaire e criou tantos estereótipos, fixados sinteticamente de maneira injusta, brilhante e caricatural, já no século XX, no Jeca Tatu de Monteiro Lobato. (2010, pág. 96)

As relações sociais da cultura caipira estão alicerçadas em suas forças produtivas, particularizadas pela concepção de mínimos vitais, que expressa a adequação do caipira à sobrevivência miserável e marginal, num espaço de escassez material. Logo, Cândido postula as características essenciais dessa cultura: isolamento; posse de terras; trabalho doméstico; auxílio vicinal; disponibilidade de terras; margem de lazer; (2010, pág. 97). É uma sociedade semi-nômade, fechada em si mesma, centrada nas relações vicinais do microcosmos do bairro rural. As tradições sedimentam-se nas práticas comunitárias como o mutirão e a religiosidade.

Embora Candido censure Cornélio por exagerar a opulência dos recursos e dieta caipiras, existe uma correlação na mentalidade de ambos autores. Assim como o contista tietense, Antônio Candido entende o modo de vida “primitivo” e “miserável” do caipira como incompatível ao progresso, de modo que, as mudanças advindas com a urbanização condenam a cultura caipira a seu fim, “[...] porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração destes provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada.”(Ibid).

A incorporação à economia capitalista impõe ao caipira uma nova mobilidade, favorecendo o abandono de seu estilo tradicional de vida, marcando a perda de sua autonomia, estando cada vez mais dependente da cidade. O caipira aceita a interiorização dos valores urbanos e passa a ter que se adaptar a um universo diferente, a um novo ritmo de trabalho, mudanças que o condicionam a assimilar os traços da cultura urbana como elementos de



distinção e prestígio social, principalmente no plano da cultura material (CANDIDO, 2010, pág.210).

Assim como Cornélio Pires vê o sitiante (pequeno-proprietário) como o tipo desejável para a modernidade, Cândido o entende como o bastião da resistência caipira à aculturação. Sitiante e parceiros (aforantes) nutrem ainda certa independência em suas posições sociais, não completamente subjugados ao latifúndio capitalista e aos valores urbanos. Essa autonomia garante a essa classe intermediária do espaço rural formas de persistência mais contundentes frente à acomodação aos novos valores.

Contudo, com o advento capitalista, a cultura tradicional que permeia os estratos mais pobres nas zonas rurais, baseada num modo de vida de mínimos vitais, próprios ao seminomadismo e ao roçado simples de subsistência, não se justifica mais nas novas conjunturas, provocando condições de instabilidade, desorganização e a aculturação num processo gradual de substituição de seus padrões antigos pelos novos da vida urbana, abarcando permanências e rupturas na edificação desses novos valores.

A perspectiva sociológica de Antonio Candido reproduz uma dicotomia entre rústico/progresso; antigo/novo; que condiciona o desaparecimento de estruturas tradicionais em detrimento de uma nova ordenação capitalista industrial e urbana. Afere a temporalidade nos moldes teleológicos da marcha progressista, corroborando com Cornélio na certeza do iminente desaparecimento do caipira. Ambos parecem tensionar seus discursos políticos para uma necessária reforma agrária, objetivando maior redistribuição das terras em detrimento do latifúndio.

A diferença é que Pires encontra na modernidade e nos valores novos a necessária superação da rusticidade rural, desejando a aculturação dos caipiras pelos padrões capitalistas. Enquanto que Candido, mais analítico, percebe essas mudanças como um processo desvantajoso ao caipira, que abandona seu estilo de vida tradicional, ao qual está plenamente adaptado, para assimilar valores novos e estranhos ao seu mundo e ritmo de trabalho. O primeiro, no início do séc. XX, otimista, acredita no potencial libertador do progresso, podendo transformar o caipira no cidadão de um Brasil moderno. O segundo, na metade do mesmo século, cético, vê a urbanização como geradora de dependência e proletarização

As duas acepções, no entanto, enfatizam a percepção de um cenário de transformações permeado por rupturas pendentes entre velhos e novos padrões. Essa é uma discussão



característica da primeira metade do século XX, época caracterizada pela sedimentação das estruturas capitalistas no país. Porém, se levarmos em consideração o estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco, na segunda metade do século (1969), talvez tenhamos um entendimento diferente sobre o homem rural, nos auxiliando na compreensão de sua posição na modernidade.

Em seu estudo sobre os Homens Livres na Ordem Escravocrata, Franco analisa as populações rurais, marginais à agricultura mercantil dos primeiros séculos do Brasil. Essa classe intermediária, isto é, situada entre senhor proprietário e escravo, é retratada pela contingência, afastada dos processos produtivos do país, ocupando uma posição periférica nas esferas de poder. As relações vicinais, ou seja, a convivência em bairros, vizinhanças, baseada nos mínimos vitais de Cândido, condicionam a edificação de um sistema social pautado na solidariedade e violência como formas regulares de subsistência.

A realidade desoladora, de escassez e miséria comprime as relações sociais numa lógica de suplementação entre os membros do bairro, como o mutirão (caracterizado pela ajuda mútua), e ao mesmo tempo a necessidade de reciprocidade dentro desse contexto pobre amplia também as possibilidades de conflitos, ocasionando a banalização da violência como solução prática no cotidiano (FRANCO, 1997, pág. 28). De acordo com Franco, as instabilidades da vida rural caracterizam seu seminomadismo, devido às adversidades de um espaço social hostil (*Ibid*, pág.32).

Essa intensa mobilidade impede a sedimentação de modelos tradicionais, os bairros organizam-se como paragens momentâneas, e nas relações sociais a ausência de hierarquização contribui para a não-padronização e não "constituição de mecanismos disciplinadores das atividades de produção"(FRANCO, 1997, pág 39). Deste modo, as codificações culturais dessa população vêm atender a demandas práticas do cotidiano de subsistência fundamentadas nos mínimos vitais, fator que tipificou a formação da cultura material dessas massas rurais que, pelas semelhanças de suas necessidades básicas, facilmente incorporavam-se às novas vizinhanças. Ao passo que, essa tendência agregadora também impulsionou a mobilidade dessas populações, inviabilizando vínculos estáveis e a edificação de estratificações tradicionais concisas.

A ordenação das relações sociais nesse meio de carência material se estabelece em “[...]grupos cooperativos de trabalho, em um sistema social de tipo comunitário, [que] revela a existência de um estado de tensão conjugado às formas mesmas de solidariedade que definem



o sentido da ação de seus membros" (*Ibid*, pág.38-39). As concepções morais alicerçam-se numa vaga noção de honra individual, norteadora das ações sociais. Na dimensão da família as “tradições” são frouxas e superficiais, sendo transgredidas normalmente em conflitos que desafiam essa honra rudimentar, realidade contrastante com as das camadas altas:

Na camada livre e sem posses, a família não se organizou para a realização das funções sociais apontadas para os estratos dominantes. A inexistência de propriedade econômica relevante, a impossibilidade de participação no poder político, isto é, a marginalização em face da sociedade global, excluem evidentemente essa suposição. Se os amplos sistemas de parentesco tiveram por fundamento, no Brasil, a manutenção do poder, não há sequer plausibilidade em presumir a existência de formações análogas nos grupos socialmente dominados. Não obstante, a organização familiar nessas camadas inferiores inclui vários caracteres do tipo patriarcal, transferidos do modelo oferecido pelas camadas altas". (*Ibid*, pg. 45).

O sistema econômico mercantil abre-se a esse homem “livre” e pobre da zona rural, integrando-o marginalmente através de serviços “residuais” que não competiam ao braço escravo e rejeitados por aqueles com bens patrimoniais (FRANCO, 1997, pág.65). Esse agregado torna-se então vaqueiro, tropeiro, jagunço, vendeiro e etc. Desempenhando funções precárias, mas indispensáveis nas relações comerciais. A dependência mútua entre patrão e agregado nas relações objetivas de mercado, denotam, aparentemente, acordos voluntários pautados na liberdade entre as partes, porém como ressalta Franco:

Em relações de mercado os homens enfrentam-se como portadores de uma liberdade que significa habilitação ao direito de propriedade e igualdade jurídica. Assim, esse conceito de liberdade só poderá ter seu conteúdo precisado à luz do regime de propriedade, apreendido não apenas através de sua expressão codificada, que prescreve direitos "formais", mas sobretudo através das condições que regulam a distribuição efetiva do poder, desvendando-se assim os limites dos direitos "vividos". Em resumo, o conceito genérico de liberdade implícito nas relações de mercado, que é firmado no princípio da propriedade privada, só poderá alcançar teor explicativo quando nuançado em função do sistema de dominação a que se conjuga. (*Ibid*, pág. 68)

A estagnação e exiguidade de recursos é identificada também na esfera pública, o que na dimensão dos estados e municípios refletiu-se em aflição e impotência (*Ibid*, pág. 127). A débil organização burocrática, ainda no Império, ensejou sua ineficiência financeira aglutinando a renda pública no governo central, condenando os cofres provinciais à pobreza. A escassez dos fundos públicos teve que ser sanada em nível local “[...]através do apelo direto ao patrimônio particular do cidadão comum ou do próprio servidor público” (*Ibid*, pág.128). O



Estado tornou-se, portanto, dependente dos recursos privados das elites locais, numa confusão entre a coisa pública e interesses patrimoniais.

A ineficiência da administração pública ocasionou a extensão do poder pessoal a todo o patrimônio estatal, fundindo a esfera pública à privada, ignorando os pressupostos de autoridade impessoal que deveriam nortear o Estado de Direito. Franco apresenta o fator explicativo que, em certa medida, corrobora com as denúncias da ausência do poder público, feitas por Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Cornélio Pires. A população rural, em sua pobreza material e contingência, torna-se dependente de elites patrimoniais que dirigem a máquina estatal de acordo com seus interesses pessoais.

Mas de que modo a análise sociológica de Franco nos ajuda a entender a condição do caipira na modernidade? Retomemos os mínimos vitais de Cândido, são a base do que ele entende ser a cultura tradicional caipira. Na leitura de Franco, a cultura do homem rural está alicerçada em relações práticas de subsistência, vitimada por instabilidades que não favorecem a formação de esquemas tradicionais. De modo que, os mínimos vitais são a reprodução de um sistema social baseado no modo de vida possível dentro da marginalidade.

Por isso as práticas cotidianas no espaço rural, como evidencia a autora, são ambivalentes, orbitando entre a solidariedade vicinal e a violência banal, lógicas extremas de codificação moral. A “liberdade” que caracteriza a auto suficiência dos bairros rurais nada mais é do que a omissão do poder público. Enquanto que a “autonomia” do modo de vida caipira é a exclusão das relações comerciais e de poder, lhe deixando sem razão de ser, ou integrado-o periféricamente, ao assumir funções residuais que o compelem a dependência patronal. Nesses termos, com o advento da urbanização esse esquema de dependência patronal foi projetado na organização social das cidades, como privilégio de classe, estando presente também a conservação dos mínimos vitais das camadas pobres, transplantada do espaço rural para o urbano.

Portanto, se compreendermos a cultura do homem rural, não como um esquema tradicional, mas sim como mecanismos simbólicos de sobrevivência na debilidade, a perspectiva da integração do caipira à cidade é permeada muito mais pelas continuidades do que pelo desaparecimento. As manifestações concretas do caipira, registradas por Cornélio Pires, sofreram modificações com a urbanização, porém o padrão lógico que a estruturava permaneceu mesmo com o êxodo rural.



A expansão dos espaços urbanos, intensificada no início do século XX, foi dirigida pelas elites patronais que se ocuparam em embelezar e ornamentar as cidades dentro dos padrões de civilidade europeus, contudo, rejeitando ou suprimindo as massas de indigentes e degredados que conviviam em seu cotidiano. Formou-se uma “ralé” urbana alheia ao centro e as relações de poder, útil apenas quando sob domínio patronal. O resultado foi a reprodução do modelo de dependência rural nas zonas urbanas. Com a capitalização da terra e a ampliação da economia de mercado, já na década de 1970, mais da metade da população do país vivia nas cidades.

Porém, os aspectos de “atraso” que Cornélio Pires, otimista, pensava que seriam superados pelo advento da modernidade persistiram na nova ordenação capitalista. Os roçados e os miseráveis casebres de sapê tornaram-se aquilo que o IBGE entende por “aglomerados subnormais”⁴, ou seja, as favelas. O modo de vida da população pobre seguiu nas cidades sendo orientado por mínimos vitais: assentada na ocupação irregular; marcada por instabilidades que impelem a mobilidade dentro do próprio espaço urbano; carência material de recursos e ausência de saneamento básico; persistência de códigos de cooperação e violência e inserção no mercado de trabalho por meio de funções “residuais” de baixa qualificação.

Segundo o Censo de 2010 cerca de 11,4 milhões de pessoas viviam em favelas no Brasil, número maior que a população de Portugal, que é de 10 milhões de habitantes. Sendo que de acordo com os dados do PNAD 2015, cerca de 18,7 milhões de domicílios não contavam com serviços de saneamento básico. Esses dados variam de acordo com as desigualdades regionais, visto que, na cidade de São Paulo a população em favelas representava 11% do total de seus habitantes, enquanto que em Belém esses números chegavam à 54% (Censo, 2010).

As diferenças de renda evidenciam também uma desigualdade assustadora, de acordo com o PNAD 2019, a parcela de 1% com os maiores rendimentos recebeu em média cerca de R\$28 659, 00, enquanto que a população de baixa renda obteve em média o valor de R\$850,000, inferior ao salário mínimo daquele ano (R\$1045,00). A média de rendimento do 1% mais rico excede em 34 vezes os rendimentos médios dos mais pobres e em 12 vezes o rendimento médio

⁴ “Aglomerado Subnormal é uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros. “(IBGE)



do brasileiro em geral (R\$2308,00). Tamanha discrepância reflete-se também na escolarização e no direito jurídico.

Como Wolkmer menciona o constitucionalismo brasileiro em sua trajetória histórica, mesmo ao final da República Velha, em suas Constituições seguintes ((1937, 1946, 1967 e 1969) representou “(...) sempre um Constitucionalismo de base não-democrática (no sentido popular), sem a plenitude da participação do povo, utilizado muito mais como instrumental retórico de uma legalidade individualista, formalista e programática”(pág.112). Esse “instrumental retórico” ao qual se refere é o discurso modernizante de adequação às demandas globais, usado como apanágio para a conservação de uma estrutura conservadora e patrimonialista.

O nacionalismo foi uma dessas retóricas utilizadas, sobretudo, para fomentar coesão orgânica numa sociedade orquestrada sob as contradições do privilégio de classe. O discurso nacionalista, tão bem difundido na Era Vargas e atualizado no Regime Militar, foi institucionalizado como violência simbólica através do sistema de ensino público, impondo uma pretensa identidade nacional “auto-evidente” que nunca se concretizou, mas que ao menos “legalizou” um Estado sob domínio patronal.

A Constituição Cidadã em 1988 trouxe a esperança de uma gestão pública calcada na impessoalidade e na concepção de cidadania democrática, no entanto, as desigualdades que marcam nosso contexto social mantêm as instituições frágeis e dúbias, sempre oscilando entre a dirigência personalista e a regência impessoal que visa o bem-estar de todos. O que faz as desigualdades serem fatores de fragilização institucional são as relações de dependência que provêm dela, sintetizadas no monopólio do poder simbólico pelas classes dirigentes, ainda que com as novas redes digitais ele esteja abalado.

Em suma, o caipira de Cornélio Pires, como tipo exclusivamente rural, de fato foi se escasseando à medida que os espaços urbanos ampliaram-se. Contudo, as características indesejáveis que vitimavam o tipo nacional, denunciadas pelo autor, não foram completamente eliminadas com o advento da modernidade. A nova reordenação capitalista ajustou-se bem às nossas estruturas patrimonialistas e agroexportadoras, alavancando o Brasil ao primeiro patamar dos exportadores de *commodities* na economia-mundo. Porém, toda a riqueza produzida não significou a superação do “atraso”.

A idealização corneliana de um país de pequenos-proprietários, produzindo o



máximo que “a boa terra brasileira pode oferecer”, escolarizados e dotados de consciência cívica, concretizou-se relativamente. A taxa de analfabetismo no Brasil caiu de mais 70% em 1920 para 6,6% em 2019 (PNAD, 2019). Mas a proporção de adultos com diploma do ensino superior segue totalizando apenas 21% da população (LIMA,2021). Desigualdade também persistente na zona rural, onde o Brasil situa-se como um dos países com a maior concentração de terras no mundo, como evidencia a reportagem do Brasil de Fato:

De acordo com o último Censo Agropecuário do país, realizado em 2017, cerca de apenas 1% dos proprietários de terra controlam quase 50% da área rural do país. Por outro lado, os estabelecimentos com áreas menores a 10 hectares (cada hectare equivale a um campo de futebol) representam metade das propriedades rurais, mas controlam apenas 2% da área total (SOUZA, 2020).

De modo que, a proposta política de Pires esboçou um liberalismo-democrático, próprio do cosmopolitismo de seu grupo social urbano, porém que na trajetória histórica do país, embora influente na retórica de poder, sempre esteve secundado pelos interesses patrimonialistas que ainda regem a sociedade. A produção de riquezas nunca transformou-se em dividendos dignos à população, que no melhor dos cenários, mais recentemente, foi beneficiada com a “esmolagem” de programas assistencialistas, como o Bolsa Família.

Portanto, o “Brasil Moderno,” idealizado por Cornélio, nunca se concretizou de fato, tendo o legado do autor incorrido em engano no que tange ao brasileiro. Em seus “estudinhos” nunca nos apresentou efetivamente um “tipo nacional”, dada a ausência de uma nação brasileira em nossa constituição social, ou algo próximo disso. Visto isso, seu reconhecimento do caipira foi muito mais a representação de classes rurais excluídas das relações de poder do que a de raízes “genuinamente” nacionais.

O “Brasil brasileiro” é antes de tudo fruto do capital simbólico de uma classe dirigente dependente de valorações estrangeiras, alicerçada em estruturas patrimonialistas que impedem a redução da distância entre as classes, inviabilizando a coesão social. O resultado é um cosmopolitismo elitista “desglobalizante”, liberal nos lucros, mas conservador no domínio patronal. Nesse sentido, a retórica nacionalista é utilizada como capital simbólico, porém na ausência ou rejeição de modelos ”genuinamente” brasileiros, busca-se a identificação com modelos exportados.



5 CONCLUSÃO

Assim sendo, o trabalho objetivou investigar o discurso de Cornélio Pires através da identificação de signos distintivos em suas obras literárias, para compreender seu papel social na produção do capital simbólico da construção nacional no período da República Velha. Consequentemente, em virtude da abrangência do tema, abriu-se espaço para discussões mais amplas sobre a trajetória da representatividade política e da cidadania brasileira. Discussões essas apresentadas de forma incipiente, cabendo pesquisas mais aprofundadas em trabalhos futuros.

Por meio da proposta política de Cornélio, é possível perceber certa "angústia" ou "insatisfação" entre o progresso desejado e a constatação do atraso social vivido no país, contradição também presente em Euclides, Romero e Lobato. Isso demonstra que a formação de um Brasil Moderno, desmemoriado de seu passado escravista, em busca de legitimidade pela "civilização", foi permeada por contradições que assinalam a resistência de modelos patrimonialistas, herdados do período colonial, e em contrapartida, a necessidade de atualização em novas conjunturas econômicas e sociais cada vez mais globalizantes.

O resultado das contradições concebeu mudanças históricas e políticas meramente programáticas, que não alteram, em seu cerne, o esquema conservador no qual estão assentadas. A assimilação do capital simbólico liberal, amalgamada às inconsistências do poder patronal, fizeram nascer no Brasil um capitalismo absolutamente desigual e fundamentado no privilégio de classe. Nesse sentido, a base da sociedade, ou seja, as massas, outrora, entendidas como caipira, matuta, sertaneja, seguem sendo grupos sociais desassistidos, marcados pela pobreza, relegados aos mínimos vitais e tipificados por estigmas elitistas, que ainda conferem inferioridade às suas expressões culturais e à sua cor de pele..

Dentro daquilo que foi apresentado, nas percepções literárias e nas abordagens sociológicas, o caipira realmente deixou de existir? Não, ele foi integrado à urbanização como parte do proletariado urbano, sua cultura e manifestações simbólicas foram ressignificadas, mas mantiveram a mesma lógica estruturante, definida por padrões cooperativos e relações vicinais, porém, ainda vitimada pela violência corriqueira e quase banal.

Desta forma, as obras de Cornélio Pires são importantes em sua representação e conservação das formas de expressão da cultura popular do início do século XX, mas perdem



força se interpretadas à luz de seu intento nacionalista ou através da busca por traços genuínos de “brasilidade.”

REFERÊNCIAS

DICIO, In verbetes: **cidadania; civismo; civilidade**. Dicionário Online de Português. 7 graus: 2009-2021 copyrights. [Acessado em 22 nov. 2021] Disponível em <<https://www.dicio.com.br/>>.

SIBiUSP. Imprensa Ytuana, **Secção Variedade**. In: Jornais de Itu séc. XIX e XX. Biblioteca Digital de Obras Raras, Especiais e de Documentação Histórica da Universidade de São Paulo.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. - Rio de Janeiro: Forense, 2002

BOSI, Alfredo. **Formações ideológicas na cultura brasileira**. Estudos Avançados [online]. 1995, v. 9, n. 25 [Acessado 26 Outubro 2021] , pp. 275-293. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000300021>>.

ARENDDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. - São Paulo: Companhia das Letras, 1989

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios**. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

LYNCH, Christian Edward Cyril. **A primeira encruzilhada da democracia brasileira: os casos de Rui Barbosa e de Joaquim Nabuco**. Revista de Sociologia e Política [online]. 2008, v. 16, n. suppl [Acessado 26 Outubro 2021] , pp. 113-125. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000300009>>.

FERREIRA, Gabriela Nunes, FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi e REIS, Rossana Rocha. **"O Brasil em 1889": um país para consumo externo**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política [online]. 2010, n. 81 [Acessado 26 Outubro 2021] , pp. 75-113. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000300005>>

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra**. UNICAMP:Dissertação de Mestrado: 1991.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. 3ª ed. Laemmert & C: Rio de Janeiro, 1905.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Ed. Vozes: Petrópolis, 1973

ROMERO, Sylvio. **Provocações e Debates**. Livraria Chardron: Porto, 1910.

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. [Conto]. Biblioteca Azul, Editora Globo: São Paulo, 2012



LOBATO, Monteiro. **Jéca Tatuzinho**. Comp. Graphico-Editora Monteiro Lobato: São Paulo, 1924

Oliveira, L. L. (2003). **Do Caipira Picando Fumo a Chitãozinho e Xororó**, ou da roça ao rodeio . Revista USP, (59), 232-257. [Acessado 22 Novembro 2021] Disponível em:

<<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i59p232-257>>.

PIRES, Cornélio **Musa Caipira/As Estrambóticas Aventuras do Joaquim Bentinho: O Queima-Campo**. Edição Comemorativa, Prefeitura Municipal de Tietê: Tietê, 1985.

LEITE, Sylvia Helena Telarolli de Almeida. **Chapéu de palha, panamás, plumas, cartolas: a caricatura na literatura paulista (1900-1920)**. Fundação Editora da UNESP: São Paulo, 1996.

VILELA, Ivan. **Caipira: cultura, resistência e enraizamento**. Estudos Avançados [online]. 2017, v. 31, n. 90 [Acessado 22 Novembro 2021] , pp. 267-282. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.3190018>>.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. **Correio da Roça**. Ed. Francisco Alves & CIA: Rio de Janeiro, 2013.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil: História, Organização e Psicologia**. 1ª Vol. 4ª Edição, Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1938.

FERREIRA, Elton Bruno.; SANTOS DE MATOS, Maria Izilda. **PELOS INTERIORES: A INVENÇÃO DO CAIPIRA**. Tempos Históricos, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 472–497, 2019. [Acesso em: 22 nov. 2021] Disponível em: <<https://doi.org/10.36449/rth.v22i2.19400>>.

CASTANHO, Eli Gomes. **A construção de uma imagem do caipira: cenas de enunciação e ethos discursivo em causos de Cornélio Pires**. Tipo: Dissertação. Ed. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2009. [Acessado 22 nov. 2021] Disponível

em:<<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/14583/1/Eli%20Gomes%20Castanho.pdf>>

PIRES, Cornélio. **Conversas ao Pé-do-Fogo**. Ed.fac-similar; Imprensa Oficial do Estado S.A.IMESP: São Paulo, 1987.

PIRES, Cornélio. **Continuação das Estrambóticas Aventuras de Joaquim Bentinho: O Queima-Campo**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1929.

O SACY, Ltda. **Mãos Abertas**. Anedota. In: O Sacy, Revista Ilustrada. Ed. 002. (1926).

Acervo BND Digital. [Acessado 22 nov. 2021] Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=213233&pagfis=43>>.



PIRES, Cornélio. **Meu Samburá: anedotas e caipiradas**. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1928.

BRASIL. [Constituição (1891)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 24 de Fevereiro de 1891. 4.[Acessado 22 nov. 2021] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. **Analfabetismo no Brasil**: Configuração e gênese das desigualdades regionais. Rev. Educação & Realidade. 29(2):179-200 jul/dez: Porto Alegre, 2004. [Acessado 22 nov. 2021] Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/25401/14733>>.

NÓVOA, Antonio. **Educação 2021**: para uma história do futuro. FPCE-UOE-HEEC- Artigos em Revistas Internacionais. Universidade de Lisboa: Lisboa, 2009. [Acessado 22 nov. 2021] Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/670/1/21232_1681-5653_181-199.pdf>.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorin. Ed. Brasiliense: São Paulo, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O camponês e seu corpo**. Rev. Sociol.Polit. 26. p.81-92.jun: Curitiba, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: Estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. 11ª edição. Ouro sobre Azul: Rio de Janeiro, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. - 4ª ed. Fundação Editora da UNESP: São Paulo, 1997.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. - LeYa: Rio de Janeiro, 2018

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . **Censo Brasileiro de 2010**. [Acessado 22 nov. 2021] Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

_____.Pesquisa nacional por amostra de domicílios: **PNAD**: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. [Acessado 22 nov. 2021] Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

_____.Pesquisa nacional por amostra de domicílios: **PNAD**: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. [Acessado 22 nov. 2021] Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4.[Acessado 22 nov. 2021] Disponível em:



<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

LIMA, Mariana. **No Brasil, apenas 21% dos adultos com até 34 anos têm ensino superior.** Redação Observatório 3º Setor, In: Geral Notícias. publicado 14 de mai. 2021. [Acessado 22 nov. 2021] Disponível em:

<<https://observatorio3setor.org.br/noticias/no-brasil-apenas-21-dos-adultos-com-ate-34-anos-t-em-ensino-superior/>>.

SOUZA, Marina Duarte de. **Como o Brasil pode enfrentar uma das maiores concentrações de terras do mundo?**. Brasil de Fato: pub. 09 abr. 2020, São Paulo.

[Acessado 22 nov. 2021] Disponível

em:<<https://www.brasildefato.com.br/2020/04/09/como-o-brasil-pode-enfrentar-uma-das-mai-ores-concentracoes-de-terras-do-mundo>>.

